

**MARFRIG ALIMENTOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
(CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS
REFERENTES AOS PERÍODOS DE 3 (TRÊS)
MESES FINDOS EM
31 DE MARÇO DE 2010 E 2009
E RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES
AOS PERÍODOS DE 3 (TRÊS) MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009**

CONTEÚDO

Relatório de revisão especial dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa



Tel.: +55 (16) 3632-9300
Fax.: +55 (16) 3632-4353
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bernardino de Campos, 1.001 - 4º andar
Ribeirão Preto - SP - Brasil
14015-130

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Marfrig Alimentos S.A
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais (controladora) e consolidadas da Marfrig Alimentos S.A. e de suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas, para que estas estejam de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.



4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às Informações Trimestrais - ITR e a descrição das principais alterações conhecidas até o momento que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício e a estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da controladora e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado das controladas (consolidado), como requerido pela Deliberação.

Ribeirão Preto, 30 de abril de 2010

José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Esmir de Oliveira
Sócio-contador
CRC 1SP109628/O-1
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09		31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
ATIVO					PASSIVO				
Circulante					Circulante				
Disponibilidades (nota 4)	1.056.479	2.629.725	1.543.840	3.033.438	Fornecedores	98.743	150.517	1.059.613	833.490
Valores a receber - clientes nacionais (nota 5)	432.108	495.147	871.256	758.815	Pessoal, encargos e benefícios sociais (nota 14)	84.308	70.144	319.811	205.349
Valores a receber - clientes internacionais (nota 5)	30.803	200.244	99.804	228.944	Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	19.391	22.077	154.195	138.789
Estoques de produtos e mercadorias (nota 6)	1.056.168	1.013.721	2.539.529	1.726.482	Empréstimos e financiamentos (nota 16)	1.198.877	932.953	2.114.161	1.473.611
Impostos a recuperar (nota 7)	437.125	386.685	897.938	719.422	Títulos a pagar (nota 18)	31.076	31.035	80.944	31.035
Impostos diferidos (nota 9)	19.468	19.468	27.470	19.468	Arrendamento a pagar (nota 17)	47.781	47.641	61.506	61.683
Despesas do exercício seguinte	1.773	986	43.963	37.611	Dividendos a pagar (nota 21e)	15.222	15.222	15.222	15.222
Títulos a receber (nota 8)	49.200	-	-	-	Juros sobre o capital próprio (nota 21f)	146.059	146.059	146.059	146.059
Outros valores a receber	491	9.562	491	9.562	Outras obrigações	1.861	62.723	39.369	71.743
Total do ativo circulante	3.083.615	4.755.538	6.024.291	6.533.742	Total do passivo circulante	1.643.318	1.478.371	3.990.880	2.976.981
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (nota 16)	3.183.462	3.483.703	3.660.903	3.680.537
Aplicações financeiras (nota 4.2)	379	372	2.838	2.826	Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	84.870	81.459	269.983	254.516
Depósitos compulsórios	15.915	15.594	25.419	24.979	Impostos diferidos (nota 20)	35.698	36.410	95.265	95.336
Títulos a receber (nota 8)	927.450	1.215.607	5.476	3.069	Provisões contingenciais (nota 19)	6.558	6.558	392.027	38.829
Impostos diferidos (nota 9)	205.052	153.557	312.148	224.990	Arrendamento a pagar (nota 17)	56.546	68.379	82.724	96.391
Impostos a recuperar (nota 7)	290.845	290.846	637.215	339.023	Outros	134.693	113.646	122.848	111.243
Outros valores a receber	590	193	78.428	25.468	Total do passivo não circulante	3.501.827	3.790.155	4.623.750	4.276.852
Total do ativo não circulante	1.440.231	1.676.169	1.061.524	620.355	Participação dos acionistas não controladores	-	-	81.802	13.523
Investimentos (nota 10)	3.256.817	1.473.582	971	746	Patrimônio líquido (nota 21)				
Imobilizado (nota 11)	1.044.267	1.016.954	3.202.947	2.415.076	Capital social	4.061.478	4.061.478	4.061.478	4.061.478
Intangível (nota 12)	530.590	530.568	2.606.255	1.870.293	Gastos com emissão de ações	(74.512)	(71.603)	(74.512)	(71.603)
Diferido (nota 13)	-	-	10.819	11.429	Reservas de lucros	653.275	651.510	653.275	651.510
Total do ativo não circulante	6.271.905	4.697.273	6.882.516	4.917.899	Reserva legal	37.171	37.171	37.171	37.171
					Retenção de Lucros	624.992	624.992	624.992	624.992
					Ações em tesouraria	(8.888)	(10.653)	(8.888)	(10.653)
					Ajustes de avaliação patrimonial	(489.570)	(491.567)	(489.570)	(491.567)
					Ajustes acumulados de conversão	18.020	34.467	18.020	34.467
					Lucros acumulados	41.684	-	41.684	-
					Total do passivo e patrimônio líquido	4.210.375	4.184.285	4.210.375	4.184.285
Total do ativo	9.355.520	9.452.811	12.906.807	11.451.641		9.355.520	9.452.811	12.906.807	11.451.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS

EM 31 DE MARÇO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	843.196	564.094	3.431.909	2.445.527
Mercado interno	546.329	373.212	1.954.659	1.483.222
Mercado externo	296.867	190.882	1.477.250	962.305
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(48.181)	(60.916)	(209.422)	(194.653)
Impostos sobre vendas	(478)	(31.297)	(105.250)	(97.655)
Devoluções e abatimentos	(47.703)	(29.619)	(104.172)	(96.998)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	795.015	503.178	3.222.487	2.250.874
Custo dos produtos vendidos	(659.644)	(358.905)	(2.581.975)	(1.937.492)
LUCRO BRUTO	135.371	144.273	640.512	313.382
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(145.892)	(192.590)	(638.505)	(390.941)
Comerciais	(49.718)	(37.320)	(270.406)	(155.933)
Administrativas e gerais	(25.413)	(18.786)	(101.358)	(66.737)
Resultado com equivalência patrimonial	166.286	8.027	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	9.778	197	38.847	10.248
Resultado financeiro	(246.825)	(144.708)	(305.588)	(178.519)
Receitas financeiras	32.609	21.787	40.879	28.199
Variação cambial ativa	9.394	9.395	15.626	5.952
Despesas financeiras	(139.368)	(133.475)	(194.940)	(168.823)
Variação cambial passiva	(149.460)	(42.415)	(167.153)	(43.847)
RESULTADO OPERACIONAL	(10.521)	(48.317)	2.007	(77.559)
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(10.521)	(48.317)	2.007	(77.559)
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	52.205	12.164	37.761	40.057
Imposto de renda	37.172	8.955	27.464	27.216
Contribuição social	15.033	3.209	10.297	12.841
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	41.684	(36.153)	39.768	(37.502)
Participação dos minoritários	-	-	1.916	(664)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) NO EXERCÍCIO	41.684	(36.153)	41.684	(38.166)
POR LOTE DE MIL AÇÕES	120,13	(134,93)	120,13	(142,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

13/5/2010 17:23

QUADRO 3

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>4.061.478</u>	<u>(71.603)</u>	<u>651.510</u>	<u>(491.567)</u>	<u>34.467</u>	<u>-</u>	<u>4.184.285</u>
Gastos com emissão privada de ações	-	(2.909)	-	-	-	-	(2.909)
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	1.997	-	-	1.997
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	(16.447)	-	(16.447)
Baixa de ações em tesouraria	-	-	1.765	-	-	-	1.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	41.684	41.684
EM 31 DE MARÇO DE 2010	<u>4.061.478</u>	<u>(74.512)</u>	<u>653.275</u>	<u>(489.570)</u>	<u>18.020</u>	<u>41.684</u>	<u>4.210.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido (Prejuízo) do período	41.684	(36.153)	41.684	(38.166)
Itens de resultado que não afetam o caixa	21.172	27.041	269.467	65.675
Depreciação	15.363	14.242	66.918	54.590
Amortização	-	-	32.386	8.026
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.916)	664
Provisão para contingências	-	-	(42.758)	12.434
Tributos diferidos	(52.207)	(12.164)	(42.314)	(46.419)
Equivalência patrimonial	(166.286)	(8.027)	-	-
Variação cambial sobre financiamentos	141.719	(7.960)	157.203	3.268
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(6.853)	40.980	(10.876)	34.627
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	84.157	-	106.672	-
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	5.826	-	6.059	-
Baixa do ativo imobilizado	(547)	(30)	(1.907)	(1.515)
Mutações patrimoniais	(5.381)	(292.344)	(144.304)	58.230
Contas a receber de clientes	232.480	34.006	340.039	100.273
Estoques	(42.447)	(94.519)	(196.131)	(52.641)
Depósitos judiciais	(321)	338	(440)	(72)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14.164	12.998	43.011	23.499
Fornecedores	(51.774)	4.554	(18.622)	19.503
Tributos	(49.714)	(25.599)	(280.024)	(87.987)
Encargos financeiros	-	72.649	-	96.134
Encargos financeiros - arrendamento	-	4.501	-	5.304
Títulos a receber e a pagar	(75.163)	(261.017)	21.109	1.855
Outras contas ativas e passivas	(32.606)	(40.255)	(53.246)	(47.638)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	57.475	(301.456)	166.847	85.739
Atividades de investimentos				
Investimentos	(1.334.259)	(3.262)	(612.064)	(160.676)
Variação cambial sobre investimentos	-	30.573	-	30.573
Aplicações em ativo imobilizado	(42.129)	(16.555)	(148.933)	(74.297)
Variação cambial do ativo imobilizado	-	-	-	7.203
Aplicações no ativo intangível	(22)	(149)	(704.270)	(389)
Variação cambial do ativo intangível	-	-	-	4.898
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.376.410)	10.607	(1.465.267)	(192.688)
Atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	(235.648)	281.216	(170.927)	180.880
Empréstimos obtidos	506.341	600.966	1.289.122	876.572
Empréstimos liquidados	(741.989)	(319.750)	(1.460.049)	(695.692)
Arrendamento a pagar	(17.519)	(14.173)	(21.589)	(17.875)
Arrendamentos obtidos	374	68	3.345	2.042
Arrendamentos liquidados	(17.893)	(14.241)	(24.934)	(19.917)
Ações em tesouraria	1.765	-	1.765	-
Emissão de ações e gastos com emissão de ações	(2.909)	-	(2.909)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(254.311)	267.043	(193.660)	163.005
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.482	(2.638)
Fluxo de caixa do período	<u>(1.573.246)</u>	<u>(23.806)</u>	<u>(1.489.598)</u>	<u>53.418</u>
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata				
Saldo final	1.056.479	750.354	1.543.840	1.125.082
Saldo inicial	<u>2.629.725</u>	<u>774.160</u>	<u>3.033.438</u>	<u>1.071.664</u>
Variação no período	<u>(1.573.246)</u>	<u>(23.806)</u>	<u>(1.489.598)</u>	<u>53.418</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 E DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Alimentos S.A. é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo a produção de produtos alimentícios e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves; industrialização, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (Nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 28 de abril de 2009 a razão social da Companhia foi alterada para Marfrig Alimentos S.A. Seu capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009 era constituído de 346.983.954 ações ordinárias onde 141.478.573 ações ou 40,77% estão sobre o controle da MMS Participações S.A. e 205.505.381 ações ou 59,23% estão em circulação “free float” no mercado de capitais. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas de:

- Divisão Bovinos e Divisão *Food Service* - Brasil:
 - Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) - composta por 10 unidades de abate de bovinos, 3 unidades de processamento e industrialização de carne bovina, 1 curtume, 1 fábrica de higiene e limpeza e 4 confinamentos, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de um Centro de Distribuição no Estado de São Paulo;
 - MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., atual denominação da Frigoclass Alimentos S.A., composta por 13 unidades de abate de bovinos, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos, e 2 unidades de processamento e industrialização de carne bovina, sendo que 1 dessas unidades está sediada na própria unidade de abate de Rio Verde/GO localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rondônia;

Marfrig Alimentos S.A.

- Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detém 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul.

- Divisão Nova Seara - Brasil:
 - Seara Holding (Europa) BV, que detém 100% da Seara Alimentos S.A. (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia.

 - Secculum Participações Ltda. (Brasil) - 99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) - 99,99%, (empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil)). A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e uma unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
 - DaGranja Agroindustrial Ltda. - 94%;
 - Braslo Produtos de Carnes Ltda. - 100%;
 - MAS Frangos Participações Ltda. - 100%, a qual detém 100% da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.;
 - Penasul Alimentos Ltda. - 100%;

A operação de frango é formada por sete plantas de abate de aves e 7 unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

 - MBL Alimentos S.A (Carroll's), empresa que opera na criação de suínos - 100%.

A divisão de aves e suínos produz e comercializa produtos com a marca Pena Branca, a qual é de titularidade da Marfrig Alimentos S.A.

- Divisão Argentina:
 - Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), com 3 plantas de abates de bovinos (incluindo as posições em que detém 100% das empresas Best Beef S.A. (Argentina), Estâncias Del Sur S.A. (Argentina) e Mirab S.A. (Argentina e EUA)), produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação - 99,99%;

- Quickfood S.A (Argentina) é uma companhia de capital aberto, detentora da marca PATY, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 2 plantas de abate e 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina - 81,48%.

- Divisão Uruguai:
 - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - 93,45%;
 - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos - 100%;
 - Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), que opera um frigorífico de cordeiros na Patagonia e uma unidade de desossa de carne e “trading”, ambos no mercado chileno - 99,47%. A Marfrig Chile incorporou as empresas Quinto Cuarto S.A. e PBP Chile Limitada, as quais eram suas subsidiárias;
 - Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A (Uruguai), frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto - 100%;
 - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade de Colonia - 100%.
 - Columbus Netherlands B.V. (Uruguai), a qual detém 51% do Grupo Zenda (Uruguai), industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.

- Divisão Europa:
 - Weston Importers Ltd. (Reino Unido), *trading* que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas. - 100%
 - Marfrig Holdings (Europe) - BV (Holanda) que detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited (Empresa com sede na Irlanda do Norte), que detém 100% das empresas Moy Park Group (Irlanda do Norte) e Kitchen Range Foods Ltd (Inglaterra) que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda - 100%

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados e homologados pelas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia federal.

2.1. NOVA LEGISLAÇÃO E ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2008

Em linha com as alterações da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, o Conselho Federal de Contabilidade, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu ao longo do período de 2008, pronunciamentos técnicos que alteraram algumas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas alterações tiveram como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

2.2. ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC'S) COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2010

Ao longo do exercício de 2009, tendo em vista o processo de convergência das práticas contábeis no Brasil para alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), foram emitidos, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, novos pronunciamentos técnicos, os quais se aplicam aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Com base na Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2010, de 31 de março de 2010, e na Resolução CFC nº 1.281, de 16 de abril de 2010, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos técnicos emitidos em 2009, preparando estas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis em vigor até 31 de dezembro de 2009. Tais demonstrações serão reapresentadas com os ajustes gerados pela adoção dos novos pronunciamentos quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2010.

2.3 Ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos técnicos

Em decorrência das alterações promovidas pelos novos pronunciamentos técnicos, foram estimados, inicialmente, os seguintes ajustes de resultado e patrimoniais nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009:

Efeitos no período findo em 31.03.2010	Controladora	
	Resultado do período	Patrimônio Líquido
Pelas normas vigentes em 2009	41.684	4.210.375
CPC 29 - Ativo biológico e produtos agrícolas	2.450	2.450
CPC 30 - Receitas	(7.523)	(7.523)
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	1.721	1.721
Novos Pronunciamentos	38.332	4.207.023

Os efeitos dos CPCs acima ,com relação às empresas controladas, estão sendo mensurados e serão divulgados ao longo do exercício de 2010.

Efeitos no período findo em 31.03.2009	Controladora	
	Resultado do período	Patrimônio Líquido
Pelas normas vigentes em 2009	(36.153)	2.663.125
CPC 29 - Ativo biológico e produtos agrícolas	(135)	(135)
CPC 30 - Receitas	(11.648)	(11.648)
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	(133)	(133)
Novos Pronunciamentos	(48.069)	2.651.209

Os efeitos dos CPCs acima ,com relação às empresas controladas, estão sendo mensurados e serão divulgados ao longo do exercício de 2010.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação dos demais pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, sendo certo que os seguintes poderão produzir efeitos nas Demonstrações Contábeis a se encerrar em 31 de dezembro de 2010:

- CPC 15 - Deliberação CVM 580/09 - Combinação de Negócios - tem por objetivo aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios e sobre seus efeitos, entendendo como combinação de negócios a operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação, abrangendo também as fusões que se dão entre partes independentes.

As principais aquisições realizadas pela Companhia no período findo em 31 de março de 2010, conforme comentado na nota explicativa nº 10.2, são as seguintes:

- Seara Holding (Europa) BV, que detém 100% da Seara Alimentos S.A. (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia.
- Columbus Netherlands B.V. (Uruguai), a qual detém 51% do Grupo Zenda (Uruguai), industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.

O quadro abaixo apresenta as principais informações dos negócios supracitados, os quais serão objeto de combinação com a Companhia:

	<u>Seara</u>	<u>Grupo Zenda</u>
Data de aquisição	04.01.2010	22.01.2010
Percentual de participação	100%	51%
Número de plantas produtivas	12	9
Valor pago em espécie (milhões de US\$)	737,6	38,1
Assunção de dívidas	193,8	-

Tendo em vista tais aquisições, a Administração da Companhia está avaliando os impactos da combinação dos negócios, o qual dependente de análises internas, bem como de consultores técnicos especializados, de forma que seja possível a mensuração do valor justo dos ativos e dos passivos e, conseqüentemente, a determinação do ágio, os quais serão apresentados no encerramento do exercício de 2010.

- CPC 27 - Deliberação CVM 583/09 - Ativo Imobilizado - O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. O principal ponto de alteração se refere à sistemática de depreciação. Os bens têm que ser depreciados ao longo da vida útil, com base no método de depreciação que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo.

A Companhia está avaliando, internamente, bem como através do trabalho de consultores técnicos especializados, os ativos que compõem o ativo imobilizado, de

forma a identificar as corretas taxas de depreciação, as quais promoverão ajustes que serão apresentados no exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2010.

- CPC 29 - Deliberação CVM 596/09 - Ativo biológico e produtos agrícolas - o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos e a produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade

A Companhia está analisando os impactos da aplicação deste CPC em suas Controladas, no tocante às atividades de confinamento e produção agrícola. Os impactos nas Demonstrações Contábeis da Controladora estão no quadro apresentado anteriormente.

- CPC 30 - Deliberação CVM 597/09 - Receitas - tem por objetivo definir o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos e transações e eventos, incluindo a vendas de bens, prestação de serviços e o uso, por parte de terceiros, de outros ativos da entidade que geram juros, royalties e dividendos.

A Companhia está analisando os impactos da aplicação deste CPC em suas Controladas. Os impactos nas Demonstrações Contábeis da Controladora estão no quadro apresentado anteriormente.

- CPC 32 - Deliberação CVM 599/09 - Tributos sobre o lucro - o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro e principalmente como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de:

a) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade e;

b) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

A Companhia está analisando os impactos da aplicação deste CPC em suas Controladas. Os impactos nas Demonstrações Contábeis da Controladora estão no quadro apresentado anteriormente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

- Mensurados ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor recuperável.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores.

- Estoques

Os estoques são demonstrados, ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos valores de mercado ou de realização.

- Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos.

Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados.

Os investimentos em plantéis (animais reprodutores) são registrados no ativo imobilizado. Os custos com mão de obra, ração e medicamentos são alocados no ativo imobilizado durante o período de formação dos plantéis, o qual é de aproximadamente seis meses. Após esse período, o custo dos plantéis passa a ser depreciado com base no ciclo produtivo, considerando o número estimado de ovos e crias de aproximadamente quinze meses para as aves, de trinta meses para os suínos e entre 6 a 7 anos para bovinos (vacas).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

- Arrendamento

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os decorrentes dos contratos de arrendamento.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura desde 1º de janeiro de 2009 não são amortizados.

- Diferido

No período findo em 31 de março de 2010 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, não ocorreram gastos pré-operacionais na Controladora.

O saldo do ativo diferido (consolidado) será mantido até sua completa amortização de acordo com a Deliberação CVM nº 565/08.

f. Redução ao valor recuperável

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda dos mesmos. O “goodwill” e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda dos mesmos.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 22.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

k. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

l. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo o assim, o índice médio de 8,59% a.a em 31 de março de 2010 (8,76% a.a para 31 de dezembro de 2009).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação da mesma, como, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelado aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

m. Gastos com emissão de ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 8, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/2008, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

n. Ações em tesouraria

Trata-se das ações da Companhia que foram adquiridas pela própria sociedade. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

o. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas.

3.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

CONTROLADAS DIRETAS	Porcentagem de Participação	
	31/03/10	31/12/09
Argentine Breeders & Packers S.A	99,99%	99,99%
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Chile Inversiones Ltda	99,47%	99,47%
Inaler S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,45%	93,45%
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%
Masplen Limited	100,00%	100,00%
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%
Secculum Participações Ltda	99,00%	99,00%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%
QuickFood S.A	81,48%	81,48%
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%
Seara Holding (Europe) BV (1)	100,00%	100,00%
Columbus Netherlands BV	100,00%	-

(1) atual denominação da CCKVL Holding BV

As demonstrações contábeis das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes tendo sido convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS e em dólares norte-americanos (US\$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil e para reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Caixa e equivalentes de caixa	332.193	405.840	678.117	617.046
Aplicações financeiras	724.286	2.223.885	865.723	2.416.392
	<u>1.056.479</u>	<u>2.629.725</u>	<u>1.543.840</u>	<u>3.033.438</u>

As disponibilidades das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Caixa e equivalente de caixa	196.440	18.298	149.484	192.908
Aplicações financeira	2.072	12.372	139.365	180.135
	<u>198.512</u>	<u>30.670</u>	<u>288.849</u>	<u>373.043</u>

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldo em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito;
- Aplicações financeiras de liquidez imediata.

4.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA POR MOEDA

Segue abaixo o demonstrativo de caixa e equivalente de caixa por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Caixa e Bancos:				
Reais	285.999	351.523	305.167	369.821
Dólar Norte-americano	46.194	54.317	120.479	145.950
Euro	-	-	150.376	13.335
Libra esterlina	-	-	46.192	78.077
lenez	-	-	32.952	-
Outros	-	-	22.951	9.863
	<u>332.193</u>	<u>405.840</u>	<u>678.117</u>	<u>617.046</u>

4.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segue abaixo o demonstrativo das aplicações financeiras da controladora por modalidade:

	Vencimentos	PMPV ⁽¹⁾	Moeda	Taxa de juros média	Controladora	
					31/3/2010	31/12/2009
<u>Disponíveis para Venda</u>						
Certificados de depósito Bancario - CDB (2)	4/5/2010 a 31/10/2014	1,13	Real	8,63	389.246	600.344
Operação Compromissada (2)	1/1/2012	1,78	Real	8,61	89.529	1.610.350
Poupança Aplicação Automática (2)	31/3/2010	-	Real	3,44	177.480	17
Outros (2)	31/3/2010	-	Real	-	62	324
					<u>656.317</u>	<u>2.211.035</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>						
Conta Remunerada	31/3/2010	4,25	Dolar	0,35	1.507	5.333
					<u>1.507</u>	<u>5.333</u>
<u>Mantidos até o vencimento</u>						
Nota de Crédito Externa	4/9/2014	4,49	Dolar	0,35	59.239	-
Nota de Crédito Externa	8/1/2013	2,82	Euro	0,35	7.221	7.513
Títulos de capitalização	31/03/2010 a 29/04/2014	1,51	Real	2,43	381	376
					<u>66.841</u>	<u>7.889</u>
Total					<u>724.665</u>	<u>2.224.257</u>
Total circulante					724.286	2.223.885
Total não circulante					379	372

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

Segue abaixo o demonstrativo consolidado das aplicações financeiras por modalidade:

	Vencimentos	PMPV ⁽¹⁾	Moeda	Taxa de juros média a.a%	Consolidado	
					31/03/2010	31/12/2009
<u>Disponíveis para Venda</u>						
Certificados de depósito Bancario - CDB (2)	31/3/2010 a 01/01/2016	1,13	Real	8,57	391.987	611.997
Operação Compromissada (2)	01/01/2012	1,78	Real	8,61	89.529	1.610.351
Poupança Aplicação Automática (2)	31/03/2010	-	Real	3,44	177.480	17
Prazo Fixo	30/06/2010	0,25	Dolar	0,32	44.171	126.023
Circ. 1456	30/06/2010 a 31/12/10	0,45	Dolar	1,21	95.194	54.112
Outros (2)	31/03/2010	-	Real	-	62	324
					<u>798.423</u>	<u>2.402.824</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>						
Conta Remunerada	31/03/2010	4,25	Dolar	0,35	1.507	5.333
					<u>1.507</u>	<u>5.333</u>
<u>Mantidos até o vencimento</u>						
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	4,49	Dolar	0,35	59.239	-
Nota de Crédito Externa	08/01/2013	2,82	Euro	0,35	7.221	7.513
Títulos de capitalização	30/06/2010 a 29/04/2014	2,01	Real	4,48	2.171	3.548
					<u>68.631</u>	<u>11.061</u>
Total					<u>868.561</u>	<u>2.419.218</u>
Total circulante					865.723	2.416.392
Total não circulante					2.838	2.826

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

Certificado de Depósito Bancário - CDB

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 99% a 107%.

Operação Compromissada

Operações lastreadas em debêntures, que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 100% a 100,5%.

Poupança Aplicação Automática

Os saldos em conta corrente remanescentes diariamente, em reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

Prazo Fixo

As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares norte-americanos, não existindo remuneração, sendo esta operação específica do Uruguai.

Circular 1456

As aplicações desta modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólares norte-americanos junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas à taxa pré-fixada, sendo realizadas entre 180 a 270 dias antes da exportação.

Conta Remunerada

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

Nota de Crédito Externa

As aplicações desta modalidade são efetuadas em Euro e remuneradas a uma taxa pré-fixada.

Títulos de Capitalização

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a variação da Taxa Referencial - TR.

5. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Valores a receber - clientes nacionais	434.465	498.357	874.535	762.260
(-) Ajuste a valor presente	(2.357)	(3.210)	(3.279)	(3.445)
	<u>432.108</u>	<u>495.147</u>	<u>871.256</u>	<u>758.815</u>
Valores a receber - clientes internacionais	228.731	224.336	443.887	253.387
(-) Adiantamentos de Cambiais Entregues - ACEs	(196.068)	(22.261)	(341.989)	(22.261)
(-) Ajuste a valor presente	(1.860)	(1.831)	(2.094)	(2.182)
	<u>30.803</u>	<u>200.244</u>	<u>99.804</u>	<u>228.944</u>
	<u>462.911</u>	<u>695.391</u>	<u>971.060</u>	<u>987.759</u>
Valores a vencer	461.704	685.429	816.557	902.127
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	8.174	10.233	124.509	79.311
de 31 a 60 dias	195	2.082	16.363	11.738
de 61 a 90 dias	160	1.166	12.119	8.783
Acima de 90 dias	-	4.688	36.710	21.570
(-) Ajuste a valor presente	(4.217)	(5.041)	(5.373)	(5.627)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.105)	(3.166)	(29.825)	(30.143)
	<u>462.911</u>	<u>695.391</u>	<u>971.060</u>	<u>987.759</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia tem como critério constituir provisão para os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável, tendo em vista o histórico de problemas identificados nos controles de contas a receber, bem como através de análise da situação atual dos clientes, a qual pode ser: operacionalmente em ordem, ou seja, compra e paga dentro de limites aceitáveis; histórico de atrasos; e estado concordatário ou falimentar.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o departamento de contas a receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e, conseqüentemente, no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, conforme descrito na nota 3 (l).

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Produtos acabados e outros	1.025.601	985.740	2.376.948	1.635.067
Embalagens e almoxarifados	30.567	27.981	162.581	91.415
	<u>1.056.168</u>	<u>1.013.721</u>	<u>2.539.529</u>	<u>1.726.482</u>

No período encerrado em 31 de março de 2010 e exercício de 31 de dezembro de 2009, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3 (e).

Os estoques das empresas controladas são demonstrados de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Produtos acabados e outros	817.598	274.048	533.749	375.279
Embalagens e almoxarifados	83.267	38.143	48.747	25.291
	<u>900.865</u>	<u>312.191</u>	<u>582.496</u>	<u>400.570</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	243.126	223.670	384.077	296.287
Crédito Presumido do IPI	60.930	60.896	70.415	67.234
Crédito de PIS	67.974	61.040	164.354	97.589
Crédito da COFINS	268.443	252.376	679.148	412.047
Imposto de renda	64.816	64.457	109.949	88.963
Contribuição social	14.348	14.304	22.004	18.502
IRRF	7.980	537	9.214	1.563
IVA	-	-	39.313	38.840
Certificados de exportação	-	-	21.797	4.963
Créditos ONCCA	-	-	-	19.107
Outros	353	251	34.882	13.350
Total	727.970	677.531	1.535.153	1.058.445
Ativo Circulante	437.125	386.685	897.938	719.422
Ativo não Circulante	290.845	290.846	637.215	339.023
Total	727.970	677.531	1.535.153	1.058.445

7.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.2. CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e Cofins incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno e consumidos no processo de bens efetivamente exportados, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.3. PIS E COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da Cofins incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizados nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.5. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Refere-se ao IRRF retido sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.6. IVA - IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.7. CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no período findo em 31 de março de 2010.

7.8. CRÉDITOS ONCCA (OFICINA NACIONAL DE CONTROL COMERCIAL AGROPECUARIO)

Trata-se de um benefício concedido, na Argentina, pelo *Ministerio de Agricultura Ganadeira y Pesca* às empresas que investem em confinamentos (*Feet Lots*).

8. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Partes relacionadas	971.980	1.213.338	-	-
Outros títulos a receber	4.670	2.269	5.476	3.069
Ativo não circulante	<u>976.650</u>	<u>1.215.607</u>	<u>5.476</u>	<u>3.069</u>
Ativo Circulante	49.200	-	-	-
Ativo não Circulante	<u>927.450</u>	<u>1.215.607</u>	<u>5.476</u>	<u>3.069</u>
Total	<u>976.650</u>	<u>1.215.607</u>	<u>5.476</u>	<u>3.069</u>

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 8.1.

8.1. PARTES RELACIONADAS

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações S.A., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de março de 2010, as quais não devem ser consideradas como partes relacionadas à Companhia, visto que tais operações integram o curso regular dos negócios e são eliminadas no consolidado da Companhia, não tendo qualquer impacto nos seus resultados e, portanto, não causando quaisquer efeitos aos seus acionistas:

Marfrig Alimentos S.A.

	31/03/10				CONTROLADORA 1º Trim/2010	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	1.480	56.168	-	1.219	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	-	1.850	-	333	-
Inaler S.A.	-	-	1.315	-	838	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	3.991	-	-	-	-	1.780
Weston Importers Ltd.	38.834	797	-	-	-	10.746
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	-	24.849	39.145	-	27.682	14.704
Pampeano Alimentos S.A.	10.772	11	87.893	-	1	14.771
Cledinor S.A.	-	-	-	-	1.121	-
Frigorífico Mabella Ltda	10	2.623	422.528	-	5.691	27
Masplen Limited	-	-	79	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	431	347	146.447	-	978	1.151
Mirab USA	604	-	57.489	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	430	-	-	724	-
Quickfood S.A.	-	824	613	-	1.346	-
Moy Park Limited	-	-	20.536	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	71	-	-	-
Marfrig Holdings BV	-	-	-	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	6.153	2.170	40.823	-	5.343	16.873
MBL Alimentos Ltda	-	-	71	-	-	142
Mas Frangos Part. Ltda	-	-	6.129	-	-	-
Penasul Alimentos Ltda	312	-	-	61.771	-	817
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda	1	-	51.174	-	-	17
Seara Holding BV (1)	45	88	39.649	-	147	264
Columbus Netherlands BV	-	-	-	-	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.979	-	-	3.940	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	116	-	-	229	-
	<u>61.153</u>	<u>35.714</u>	<u>971.980</u>	<u>61.771</u>	<u>49.592</u>	<u>61.292</u>

(1) Atual denominação da CCKVL Holding BV

	31/12/09				CONTROLADORA 2009	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	1.491	1.754	28.767	-	3.480	2.474
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	548	116.457	-	3.925	-
Inaler S.A.	-	125	6.509	-	2.515	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	1.643	-	-	-	441	8.127
Weston Importers Ltd.	45.195	-	-	-	-	54.850
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	-	2.091	7.831	-	650	19.324
Pampeano Alimentos S.A.	11.654	9	79.413	-	198	58.234
Cledinor S.A.	-	537	-	-	2.876	-
Frigorífico Mabella Ltda	6.719	4.695	421.755	-	18.068	661
Masplen Limited	-	-	78	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	5.868	-	114.696	-	3.818	5.432
Mirab USA	-	-	54.255	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	855	-	-	5.932	-
Quickfood S.A.	-	1.752	-	-	5.372	-
Moy Park Limited	-	-	17.443	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	69	-	-	-
Marfrig Holdings BV	-	-	276.158	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	6.105	-	35.767	-	16.256	76.339
MBL Alimentos Ltda	-	-	69	-	-	1.079
Mas Frangos Part. Ltda	-	-	2.935	-	-	-
Penasul Alimentos Ltda	3.934	-	-	61.865	39	2.192
Agrofrango Indústria e Com. Alimentos Ltda	1.073	-	51.136	-	-	42
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	3.746	-	-	21.134	-
	<u>83.682</u>	<u>16.112</u>	<u>1.213.338</u>	<u>61.865</u>	<u>84.704</u>	<u>228.754</u>

	Consolidado			
	Contas a Pagar		Total de Compras no período	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Marcos Antonio Molina dos Santos	1.979	3.746	3.940	21.134
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	116	-	229	-
	<u>2.095</u>	<u>3.746</u>	<u>4.169</u>	<u>21.134</u>

A acionista controladora da Companhia, MMS Participações S.A., e seus únicos sócios, avalizaram alguns dos contratos financeiros. Não foram pagos quaisquer valores à acionista controladora e seus sócios pelas garantidas oferecidas. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente da acionista controladora e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e sua esposa, através da Maremar - Administração de Bens S/C Ltda., a qual é controlada pelos mesmos, adquiriram uma propriedade no Estado de São Paulo em 27 de abril de 2007, na qual são desenvolvidos estudos genéticos para aprimoramento de raças bovinas de corte. A partir de meados de 2008 a propriedade passou a operar um confinamento para 7.800 animais, cujo abate é realizado pelas unidades frigoríficas de bovinos da Companhia. Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

As operações mencionadas no parágrafo anterior foram realizadas em alinhamento com os preços de mercado da arroba do boi praticados pela Companhia na data da aquisição, com base nos parâmetros valorativos indicados e divulgados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da Diretoria, definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

Todos os relacionamentos entre coligadas e controladas da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

Os relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro, sempre em condições semelhantes às que seriam aplicáveis às partes não relacionadas.

As transações de mútuos entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de 2 anos. As taxas de mútuos variam de 1% a.a. até de 3% a.a. + LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), sendo esta última aplicada nas transações com as empresas controladas no exterior.

As transações de compra ou venda, acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves, ovinos e suínos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que as mesmas são eliminadas no processo de consolidação.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Imposto de renda	163.874	127.225	261.266	183.332
Contribuição social	60.646	45.800	78.352	61.126
	<u>224.520</u>	<u>173.025</u>	<u>339.618</u>	<u>244.458</u>
Ativo circulante	19.468	19.468	27.470	19.468
Ativo não circulante	<u>205.052</u>	<u>153.557</u>	<u>312.148</u>	<u>224.990</u>

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social de períodos anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do período de 2010 a 2019.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos em no trimestre findo em 31 de março de 2010:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial 01 de janeiro de 2010	127.225	45.800	183.332	61.126
(-) Realização por aproveitamento fiscal do ágio	(4.899)	(1.762)	(4.899)	(1.762)
Tributos diferidos sobre adições temporárias	-	-	2.618	830
(-) Realização de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	-	-	(975)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	41.548	-	71.333	-
Tributos diferidos sobre Base de cálculo negativa de CSL	-	16.608	-	22.193
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(200)
Outros	-	-	9.857	(3.835)
Saldo final 31 de março de 2010	163.874	60.646	261.266	78.352

A Companhia demonstrou expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, apresentados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitia a realização do “Ativo Fiscal Diferido” em um prazo máximo de 10 (dez) anos.

A expectativa de realização do “Ativo Fiscal Diferido” está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2010	48.742	83.776
2011	48.742	82.034
2012	48.742	60.560
2013	48.742	51.393
2014 a 2019	29.552	61.855
	<u>224.520</u>	<u>339.618</u>

No período findo em 31 de março de 2010, a Companhia realizou R\$ 7.836 do “Ativo Fiscal Diferido”, tendo em vista o aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com prejuízo fiscal e base negativa de CSL.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Participação em sociedades controladas	3.256.682	1.473.447	-	-
Outros Investimentos	135	135	971	746
	<u>3.256.817</u>	<u>1.473.582</u>	<u>971</u>	<u>746</u>

10.1. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Nº de quotas/acções	Porcentual de partic. no capital votante (1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do período
Argentine Breeders & Packers S.A	302.967	99,99	Não	164.255	113.002	(12.240)
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A. (2)	78.573.743	100,00	Não	78.574	63.177	4.020
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.358.426.280	99,47	Não	44.306	34.606	3.073
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.613	31.777	653
Frigorífico Tacuarembó S.A	166.925.258	93,45	Não	11.635	90.905	(1.077)
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	21.908	19.600	(1.817)
Masplen Limited	100	100,00	Não	-	16.741	(4.328)
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Não	5.204	39.271	1.364
Secculum Participações Ltda	9.200.000	99,00	Não	9.200	5.247	(2.928)
União Frederiquense Partic. Ltda	98.449.805	99,99	Não	98.450	104.160	(57.716)
QuickFood S.A	21.419.606	81,48	Sim	22.063	107.613	676
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	46.753	70.535	(2.664)
Marfrig Holdings(Europe) BV	2.456.854	100,00	Não	941.615	1.038.383	19.704
Seara Holding BV (1)	490.285.420	100,00	Não	1.261.248	1.481.506	218.454
Columbus Netherlands BV	27.087.661	100,00	Não	67.881	67.789	277
Total				<u>2.775.705</u>	<u>3.284.312</u>	<u>165.451</u>

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

(2) Atual denominação da Frigoclass Alimentos S.A.

10.2. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Marfrig Alimentos S.A.

	Saldo Contábil em 31/12/09	Ajuste de conversão	Aquisição de quotas	Aumento de capital	Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Varição Cambial no cálculo da Equiv. Patrimonial	Saldo Contábil em 31/03/10
Argentine Breeders & Packers S.A. (1)	118.967	145	-	919	919	(12.204)	5.173	113.000
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A (2) (3)	59.156	-	-	-	-	3.928	-	63.084
Marfrig Chile Inversiones Ltda. (1)	30.823	(36)	-	-	-	3.057	580	34.424
Inaler S.A. (1)	30.422	(7)	-	-	-	647	696	31.758
Frigorífico Tacuarembó S.A. (1)	83.949	12	-	-	-	(998)	1.920	84.883
Weston Importers Ltda. (1)	20.136	22	-	-	-	(768)	(897)	18.493
Masplen Limited (1)	21.030	39	-	-	-	(4.328)	-	16.741
Prestcott International S.A. (1)	37.076	(16)	-	-	-	1.364	847	39.271
Secculum Participações Ltda. (2)	8.095	56	-	-	-	(2.964)	-	5.187
União Frederiquense Partic. Ltda. (2)	160.700	1.097	-	-	-	(57.823)	-	103.974
QuickFood S.A (1)	86.908	(6)	-	-	-	607	157	87.666
Establecimientos Colonia S.A (1)	71.524	31	-	-	-	(2.654)	1.634	70.535
Marfrig Holdings(Europe) BV (1)	744.661	(235)	-	276.157	276.157	19.704	(1.904)	1.038.383
Seara Holding (Europe) BV (2)	-	248	1.262.804	-	1.262.804	218.441	-	1.481.493
Columbus Netherlands BV (1)	-	(369)	71.456	-	71.456	277	(3.574)	67.790
Total	1.473.447	981	1.334.260	277.076	1.611.336	166.286	4.632	3.256.682

(1) Essas empresas tiveram suas demonstrações contábeis de 31 de março de 2010 revisadas pelas firmas-membros da rede BDO, em seus países de origem.

(2) Demonstrações contábeis revisadas pela BDO Auditores Independentes.

(3) Atual denominação da Frigoclass Alimentos S.A.

Conforme informado na nota 27 sobre eventos subsequentes das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu as seguintes aquisições de empresas no primeiro trimestre de 2010:

- Em 4 de janeiro de 2010, foi concluída a aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc., representado pela Seara Alimentos Ltda. e por afiliadas na Europa e na Ásia (incluindo a marca SEARA no Brasil e no Exterior, além de 12 plantas no segmento de produtos processados de valor adicionado e um terminal portuário). O valor da transação foi de US\$899,0 milhões, sendo US\$705,2 milhões em moeda pago em 4 de janeiro de 2010 e US\$193,8 milhões em assunção de endividamento após “due diligence”. Em 24 de fevereiro de 2010, o valor de US\$32,4 milhões foi adicionado ao valor da transação, devido ao saldo positivo no capital de trabalho da SEARA a favor da Cargill, que economicamente não impactou no valor da transação para a Companhia. Os negócios da Seara Alimentos no Brasil e os escritórios no exterior foram integrados à Divisão de Aves, Suínos e Industrializados - Brasil do Grupo Marfrig. Não ocorrerão pagamentos adicionais, vinculados a qualquer título, aos vendedores.

- Em 22 de janeiro de 2010, foi concluída a aquisição de 51% do Grupo Zenda, mediante o pagamento de US\$ 38,1 milhões de dólares norte-americanos. O Grupo Zenda, cuja atividade é a industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, têm a capacidade diária de produção de até 7.000 couros. Tem sua sede no Uruguai e possui unidades na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China. Conforme estabelecido em contrato e divulgado em Fato Relevante, a Companhia firmou um compromisso de compra e venda do restante da participação acionária no Grupo Zenda (49%), sendo que o pagamento envolverá um montante fixo e uma parcela variável em função da Margem Ebitda, descontadas as possíveis contingências de responsabilidade dos vendedores. O pagamento dar-se-á em parcelas semestrais, iniciando-se a primeira no prazo de 12 (doze) meses contados da data do fechamento (22/01/2010) e a última decorridos 42 (quarenta e dois) meses da data do fechamento em data limite de 31 de julho de 2012. Não ocorrerão pagamentos adicionais, vinculados a qualquer título, aos vendedores.

Tais investimentos foram devidamente atualizados por equivalência patrimonial, uma vez que se tratam de companhias controladas. As demonstrações contábeis de tais empresas, para o período findo em 31 de março de 2010 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes, tendo sido convertidas às práticas contábeis emanadas do *International Financial Reporting Standards* - IFRS e elaboradas em dólares norte-americanos (US\$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil, na moeda local.

11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	31/03/10	31/12/09
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	21.976	-	21.976	13.242
Edificações e prédios	4%	292.032	(40.102)	251.930	252.457
Máquinas e equipamentos	10%	227.116	(64.596)	162.520	155.903
Móveis e utensílios	10%	6.588	(1.797)	4.791	4.080
Instalações	5%	197.972	(15.400)	182.572	157.919
Veículos	20%	11.502	(11.279)	223	161
Equipamentos de informática	20%	6.410	(3.829)	2.581	2.572
Aeronaves	20%	382	(172)	210	229
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	12.009	-	12.009	17.861
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	2.313	(17)	2.296	2.273
Arrendamento - veículos	20%	39.806	(17.612)	22.194	23.705
Arrendamento - informática	20%	10.376	(8.436)	1.940	2.511
Arrendamento - máquinas	10%	28.807	(5.368)	23.439	24.080
Arrendamento - instalações	5%	81.487	(11.456)	70.031	71.023
Arrendamento - edificações	4%	68.800	(9.279)	59.521	60.194
Obras em andamento	-	208.757	-	208.757	203.631
Software	20%	20.882	(4.145)	16.737	16.770
Outras imobilizações	4%	540	-	540	8.343
		<u>1.237.755</u>	<u>(193.488)</u>	<u>1.044.267</u>	<u>1.016.954</u>

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	31/03/10	31/12/09
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	119.668	-	119.668	85.412
Edificações e prédios	4%	1.065.670	(51.373)	1.014.297	739.334
Máquinas e equipamentos	10%	1.017.243	(92.159)	925.084	594.682
Móveis e utensílios	10%	42.477	(3.571)	38.906	28.077
Instalações	5%	282.055	(17.719)	264.336	207.834
Veículos	20%	18.613	(11.088)	7.525	6.286
Equipamentos de informática	20%	22.548	(5.633)	16.915	12.432
Aeronaves	20%	382	(172)	210	776
Adiantamento para aquisição de	-	12.328	-	12.328	18.274
Benfeitorias em propriedades	-	17.914	(782)	17.132	17.296
Arrendamento - veículos	20%	39.865	(17.618)	22.247	23.724
Arrendamento - informática	20%	10.376	(8.436)	1.940	2.511
Arrendamento - máquinas	10%	40.897	(5.899)	34.998	33.306
Arrendamento - instalações	5%	84.467	(11.468)	72.999	73.961
Arrendamento - edificações	4%	68.800	(9.279)	59.521	60.194
Obras em andamento	-	405.523	-	405.523	365.197
Software	20%	22.647	(4.280)	18.367	17.039
Outras imobilizações	4%	197.824	(26.873)	170.951	128.741
		<u>3.469.297</u>	<u>(266.350)</u>	<u>3.202.947</u>	<u>2.415.076</u>

Com o advento da Deliberação CVM nº 554/08 os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro (“Leasing” Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 17.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/07, em 31 de dezembro de 2009, foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de “*impairment*”). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Tais análises são realizadas anualmente.

Os testes compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais foram apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

De acordo com as Deliberações CVM nº 553/08 e nº 565/08, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual compõe o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	<u>31/03/10</u>	<u>31/12/09</u>
Intangível - Controladora	530.590	530.568
Intangível - Controladas	<u>2.075.665</u>	<u>1.339.725</u>
	<u>2.606.255</u>	<u>1.870.293</u>

A movimentação do intangível na Controladora e no Consolidado no período findo em 31 de março de 2010 é a seguinte:

12.1. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADORA)

	Saldo em 31 de dezembro 2009	Aquisição/Baixa	Ágio na aquisição	Reclassificação	Saldo em 31 de março 2010
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio	24.213	-	-	-	24.213
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A - Deságio (1)	(12.478)	-	-	-	(12.478)
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	-	-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prestcott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio	16.188	-	-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio	11.683	-	-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	220.696	-	-	-	220.696
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Seara Holding BV (2)	21	-	-	-	21
Columbus Netherlands BV	-	-	22	-	22
Marcas e patentes	19.383	-	-	-	19.383
Total	530.568	-	22	-	530.590

(1) Atual denominação da Frigoclass Alimentos S.A.

(2) Atual denominação da CCKVL Holding BV

12.2. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADAS)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2009	Reclassificação	Ágio/Deságio na aquisição	Aquisição de Marca /Outros	Variação Cambial na conversão	Baixa de ágio	Saldo Contábil em 31 de Março de 2010
Argentine Breeders & Packers S.A.	137.656	-	-	(152)	1.222	-	138.726
Estancias del Sur - Ágio	47.020	-	-	-	121	-	47.141
Mirab(AR) - Ágio	28.155	-	-	-	71	-	28.226
Best Beef - Ágio	19.714	-	-	-	52	-	19.766
Marcas e patentes/outros	42.767	-	-	(152)	978	-	43.593
Marfrig Chile Inversiones Ltda	12.457	-	-	-	285	-	12.742
QuintoCuarto - Ágio	2.346	-	-	-	54	-	2.400
Frigorífico Patagonia - Ágio	10.111	-	-	-	231	-	10.342
Weston Importers Ltd.	10.220	-	-	(434)	-	(134)	9.652
CDB Meats Ltd - Ágio	10.220	-	-	(434)	-	(134)	9.652
Moy Park - Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Moy Park France - Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Dungannon Proteins - Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Kitchen Range - Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Marfrig BV	650.408	-	49.868	14.867	-	(313)	714.830
Moy Park - Ágio	581.242	-	49.868	13.286	-	-	644.396
Moy Park France - Ágio	61	-	-	1	-	-	62
Dungannon Proteins - Ágio	3.227	-	-	74	-	(313)	2.988
Kitchen Range - Ágio	65.878	-	-	1.506	-	-	67.384
Masplen Limited	322	-	-	-	-	-	322
Marcas e patentes/outros	322	-	-	-	-	-	322
Quickfood	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	-
Prestcott International S.A	7.655	-	-	-	175	-	7.830
Cledinor - Ágio	7.655	-	-	-	175	-	7.830
Seara Holding Bv	-	-	674.957	-	-	-	674.957
Seara Alimentos - Ágio	-	-	11.111	-	-	-	11.111
Seara Brasil - Ágio	-	-	625.868	-	-	-	625.868
Seara Holanda - Ágio	-	-	32.546	-	-	-	32.546
Seara Japão - Ágio	-	-	103	-	-	-	103
Seara Espanha - Ágio	-	-	2	-	-	-	2
Softwares	-	-	4.747	-	-	-	4.747
Licença Porto	-	-	580	-	-	-	580
Columbus Netherlands BV	-	-	(5.249)	-	-	-	(5.249)
Zenda - Ágio	-	-	(5.249)	-	-	-	(5.249)
União Frederiquense Partic. Ltda.	495.842	-	-	808	-	-	496.650
Pena Paulo - Ágio	4.653	-	-	-	-	-	4.653
MBL (Carroll's) - Ágio	8.176	-	-	-	-	-	8.176
Dagranja - Ágio	338.219	-	-	-	-	-	338.219
Agrofrango - Ágio	26.974	-	-	-	-	-	26.974
Penasul - Ágio	9.491	-	-	-	-	-	9.491
Braslo - Ágio	12.512	-	-	-	-	-	12.512
Mas do Brasil - Ágio	85.343	-	-	-	-	-	85.343
Marcas e patentes/outros	10.474	-	-	808	-	-	11.282
Seculum Participações Ltda.	25.165	-	-	40	-	-	25.205
Pena Paulo - Ágio	235	-	-	-	-	-	235
MBL (Carroll's) - Ágio	414	-	-	-	-	-	414
Dagranja - Ágio	17.164	-	-	-	-	-	17.164
Agrofrango - Ágio	1.369	-	-	-	-	-	1.369
Penasul - Ágio	482	-	-	-	-	-	482
Braslo - Ágio	635	-	-	-	-	-	635
Mas do Brasil - Ágio	4.331	-	-	-	-	-	4.331
Marcas e patentes/outros	535	-	-	40	-	-	575
Total	1.339.725	-	719.576	15.129	1.682	(447)	2.075.665

O ágio registrado na Controladora e nas empresas controladas foi baseado na expectativa de rentabilidade futura nas respectivas empresas adquiridas.

No 1º trimestre de 2010 a Companhia registrou o montante de R\$ 49.868 a título de ágio na aquisição da Moy Park, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/07, em 31 de dezembro de 2009, foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo intangível (teste de “*impairment*”). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Tais análises são realizadas anualmente.

Os testes compreenderam a preparação de laudos de avaliação das subsidiárias, devidamente elaborados por profissionais especializados, de forma a verificarmos o grau de recuperação dos valores registrados no ativo intangível.

13. DIFERIDO

Descrição	Taxas anuais médias de amortização	Custo	Amortização acumulada	Consolidado	
				31/03/10	31/12/09
				Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	10%	17.599	(6.780)	10.819	11.429
		17.599	(6.780)	10.819	11.429

No período findo em 31 de março de 2010 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, não ocorreram gastos pré-operacionais na Controladora.

O saldo de ativo diferido (consolidado) será mantido até sua completa amortização, de acordo com a Deliberação CVM nº 565/08.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
INSS a recolher	61.725	49.752	123.865	82.646
Salários e provisões trabalhistas	20.573	18.763	165.360	104.061
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	2.010	1.629	30.586	18.642
	<u>84.308</u>	<u>70.144</u>	<u>319.811</u>	<u>205.349</u>

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
ICMS a recolher	1.028	1.994	21.145	23.833
Parcelamento Especial - Lei 11.941/2009	96.864	92.993	290.424	268.526
Imposto de renda a pagar	-	-	20.714	15.847
PIS e COFINS a recolher	-	-	35.448	38.259
Parcelamento de impostos federais	-	-	7	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	6.369	8.549	56.440	46.840
	<u>104.261</u>	<u>103.536</u>	<u>424.178</u>	<u>393.305</u>
Passivo circulante	19.391	22.077	154.195	138.789
Passivo não circulante	84.870	81.459	269.983	254.516
	<u>104.261</u>	<u>103.536</u>	<u>424.178</u>	<u>393.305</u>

15.1 PARCELAMENTO ESPECIAL - LEI Nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Saldo inicial	92.993	172.589	268.526	350.787
(+) Adesão ao parcelamento	-	-	25.917	-
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa	-	(40.044)	(10.282)	(46.197)
Juros de atualização	2.595	2.729	5.936	7.567
Ajuste a valor presente	3.274	(39.597)	3.274	(39.597)
Saldo devedor	<u>98.862</u>	<u>95.677</u>	<u>293.371</u>	<u>272.560</u>
(-) pagamentos efetuados	(1.998)	(2.684)	(2.947)	(4.034)
Saldo final	<u>96.864</u>	<u>92.993</u>	<u>290.424</u>	<u>268.526</u>
Passivo circulante	11.994	11.534	32.253	26.222
Passivo não circulante	<u>84.870</u>	<u>81.459</u>	<u>258.171</u>	<u>242.304</u>

A Secretaria da Receita Federal deferiu todos os pedidos do Parcelamento Especial (Novo Refis) da Companhia e suas controladas, restando apenas o processo de declaração e consolidação dos débitos, o qual será realizado em conformidade com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 29 de abril de 2010.

Não obstante os valores do Parcelamento Especial (Novo Refis) não terem sido homologados até a data de apresentação dessas demonstrações contábeis, a dívida declarada foi contabilizada e classificada, assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas. A confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização pelas autoridades competentes das análises das dívidas declaradas. A Administração não espera ajustes relevantes decorrentes desse processo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

					Controladora	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/03/10	Saldo 31/12/09	
Moeda nacional						
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	13,12	0,08	27	71	
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	2,88	10.148	10.954	
FINEP	TJLP + 1%	7,25	3,56	42.423	37.603	
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,27	1,68	632.896	907.363	
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	11,08	2,63	63.994	65.586	
Pré Pagamento (juros)	%CDI	9,85	0,50	1.578	1.648	
Total moeda nacional		10,98		<u>751.066</u>	<u>1.023.225</u>	
Moeda estrangeira						
ACC (US\$)	Taxa Fixa + V.C	5,01	0,76	461.849	272.626	
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	3,93	2,29	8.849	9.993	
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	7,21	4,73	2.075.402	2.033.016	
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	6,69	675.377	643.583	
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	1,30	3,13	2.015	2.149	
NCE (US\$)	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	8,51	1,76	398.721	389.580	
Swap	Prêmio + V.C + Libor		0,8	9.060	42.484	
Total moeda estrangeira		7,66		<u>3.631.273</u>	<u>3.393.431</u>	
Total do endividamento		8,39		<u>4.382.339</u>	<u>4.416.656</u>	
Passivo circulante				1.198.877	932.953	
Passivo não circulante				3.183.462	3.483.703	

Marfrig Alimentos S.A.

Consolidado					
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/03/10	Saldo 31/12/09
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,04	3,29	15.425	8.897
BNDES Finem	TJLP + 1,80	8,21	3,50	19.046	10.954
FINEP	TJLP + 1%	7,25	3,56	42.423	37.603
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,08	2,18	1.010.255	1.064.319
Capital de Giro (R\$)	Taxa fixa+%CDI	9,42	1,65	117.157	133.648
Nota de Crédito Rural (R\$)	Taxa Fixa	6,74	0,66	168.657	25.029
Pré-Pagamento (juros)	%CDI	9,85	0,50	1.578	1.648
FCO Fundo Constitucional do Centro Oeste	Taxa Fixa	10,00	3,90	10.790	-
Total moeda nacional		10,19		1.385.331	1.282.098
Moeda estrangeira					
ACC (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	4,92	0,59	787.973	503.757
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	2,85	1,91	19.265	20.771
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	7,28	4,64	2.182.778	2.138.133
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	6,69	675.377	643.583
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	1,30	2,88	2.015	2.149
NCE (US\$)	%CDI+Taxa Fixa+V.C (US\$)+Libor	8,51	1,75	407.295	398.149
Swap	Prêmio + V.C		0,80	9.060	42.484
Capital de Giro (US\$)	Taxa Fixa + Libor	4,59	2,14	163.760	31.882
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	3,20	0,20	1.682	52
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa	5,04	2,15	21.801	21.366
PAE (US\$)	Taxa Fixa	3,50	0,30	13.622	8.376
Financiamentos (US\$)	Taxa Fixa	3,62	0,39	18.232	4.650
Conta Garantida (US\$)	Libor + Taxa Fixa	2,07	0,21	6.724	3.896
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	7,06	2,60	80.149	52.802
Total moeda estrangeira		7,58		4.389.733	3.872.050
Total do endividamento		8,37		5.775.064	5.154.148
Passivo Circulante				2.114.161	1.473.611
Passivo Não Circulante				3.660.903	3.680.537

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP (Unidade de referência de taxa de juros de longo prazo), baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até outubro de 2014.

BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES (Unidade monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos

Linha de crédito da FINEP voltada para financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01 (Unidade monetária utilizada pela FINEP), que é baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, até março de 2016.

NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. Os índices utilizados para correção das operações em dólares americanos são: Libor (*London Interbank Offered Rate*) e/ ou taxa pré-fixada, e para as operações em reais a do CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até dezembro de 2014

Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. Os índices de correção utilizados para essa operação é CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até novembro de 2012

Nota de Crédito Rural

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval e utilizado taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento dessa operação se dará em agosto de 2010.

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações.

As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantida por notas promissórias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa pré-fixada. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até março.

Financiamento Parque Industrial

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até dezembro de 2016.

FCO - Fundo Constitucional Centro Oeste

Linha de crédito destinada ao apoio financeiro para empreendimentos localizados, exclusivamente, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os prazos de financiamentos são fixados de acordo com o item a ser financiado. Essa modalidade é garantida por hipoteca e utilizada taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento é mensal com parcelas acrescidas de juros, e se dará até dezembro de 2013.

Bonds

Notas de dívidas emitidas no exterior - 144A / Reg. S, as quais se destinaram à aquisição das unidades da Argentina e Uruguai. Tal modalidade foi captada em dólares norte-americanos, não possuindo garantias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa pré-fixada. O vencimento do principal é em novembro de 2016, com pagamentos semestrais de juros.

PAE - Antecipação de Empréstimo para Exportação

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos importados pelo Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do ITE - “*Impuesto de Timbre y Estampilla*” (equivalente ao IOF no Brasil). As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Moeda nacional				
1T10	-	140.853	-	189.723
2T10	67.853	57.820	295.118	198.056
3T10	105.679	103.867	139.844	140.407
4T10	157.320	156.424	195.036	184.848
1T11	110.483	-	210.163	-
2011	190.835	450.251	199.248	454.241
2012	55.498	54.324	117.219	55.031
2013	30.054	29.849	89.013	29.955
2014	25.719	24.600	79.065	24.600
2015	5.719	4.600	58.719	4.600
2016	1.906	637	1.906	637
	<u>751.066</u>	<u>1.023.225</u>	<u>1.385.331</u>	<u>1.282.098</u>
Moeda estrangeira				
1T10	-	134.236	-	227.421
2T10	82.115	77.276	236.228	134.708
3T10	73.062	131.507	269.949	214.294
4T10	145.952	130.970	213.463	184.154
1T11	456.413	-	554.360	-
2011	411.886	512.735	524.949	577.931
2012	495.307	483.899	545.208	533.147
2013	570.630	558.252	604.240	591.197
2014	401.307	392.725	427.393	418.396
2015	207.681	203.238	219.895	215.217
2016	786.920	768.593	794.046	775.585
2017	-	-	2	-
	<u>3.631.273</u>	<u>3.393.431</u>	<u>4.389.733</u>	<u>3.872.050</u>
Total do endividamento	<u><u>4.382.339</u></u>	<u><u>4.416.656</u></u>	<u><u>5.775.064</u></u>	<u><u>5.154.148</u></u>

Seguem abaixo as garantias dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Saldo de financiamentos	4.382.339	4.416.656	5.775.064	5.154.148
Garantias:				
Sem Garantias	1.691.256	1.776.473	1.807.461	1.861.385
Nota Promissória	1.725.586	1.508.620	1.740.886	1.510.085
Duplicatas	90.000	124.579	99.592	175.891
Fiança Bancária	12.164	13.103	112.520	49.602
Contrato de Fornecimento	35.897	35.095	47.180	36.851
Aval	548.806	691.119	1.352.130	872.412
Bem Financiado	27	71	16.795	15.301
Documentos de exportação	-	-	123.648	193.396
Instalações	51.272	47.596	67.562	59.409
Hipotéca	-	-	53.248	45.192
Aplicação Financeira	227.331	220.000	242.617	221.857
Crédito de Exportação	-	-	111.425	112.767

Em 26 de março de 2010 foi dado o consentimento por parte dos detentores de uma operação de "Senior Notes", emitida em 2006 pela Marfrig Overseas, subsidiária da Companhia, no valor US\$375.000.000, à taxa de 9,625% ao ano, com vencimento para 2016 (as "Notas"), para a mudança de algumas cláusulas nesse contrato, que era garantido pela Marfrig Alimentos S.A. As mudanças incluíram a alteração ou eliminação de determinadas cláusulas e restrições descritas no contrato da referida operação e sanaram quaisquer descumprimentos passados. Não houve mudança quanto ao prazo ou taxa de juros anuais pagos nessas Notas. O referido consentimento foi dado pelos detentores das referidas Notas em circulação, que se manifestaram até 25 de março de 2010, sendo assinado por Marfrig Alimentos S.A. e algumas subsidiárias relevantes, que também passaram a ser garantidoras da referida operação.

Tendo em vista que as notas emitidas pela Companhia (Bonds Marfrig), com vencimento em 2016, representam 11,69% (em 31 de dezembro de 2009, 12,49%) do endividamento consolidado, as restrições vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, acordadas na emissão delas, balizam os demais empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do período. Após as alterações mencionadas acima, as restrições, no aspecto de endividamento, correspondem, a princípio, em manter o quociente da dívida líquida ajustada para o EBITDA (ou LAJIDA) Pro-Forma inferior a 4.75x.

17. ARRENDAMENTO A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

a. Arrendamento Financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 554/08 as operações de arrendamento financeiro (“*leasing*” financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 11.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos “*covenants*” mencionados na nota explicativa nº 16.

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Controladora		
				Saldo 31/03/10 (a valor presente)	Futuros Pagamentos 31/03/10	Saldo 31/12/09 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	11,2%	2,6	14.383	17.638	14.808
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	8,6%	2,8	10.325	13.025	11.214
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,5%	3,3	17.047	25.009	18.141
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	11,4%	2,4	30.942	41.089	35.473
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	11,6%	1,8	25.968	31.293	29.826
AVP Arrend. Financ. Leasing				5.662		6.558
Total moeda nacional				<u>104.327</u>	<u>128.054</u>	<u>116.020</u>
Total Controladora				<u>104.327</u>	<u>128.054</u>	<u>116.020</u>
Passivo Circulante				47.781		47.641
Passivo Não Circulante				56.546		68.379

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo	Futuros	Saldo
				31/03/10 (a valor presente)	Pagamentos 31/03/10	31/12/09 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	11,2%	2,6	14.470	17.748	14.918
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	8,5%	2,8	10.325	13.025	11.213
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,5%	3,4	17.372	25.476	18.141
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	11,4%	2,4	31.794	42.011	36.396
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	11,6%	1,8	25.968	31.293	29.825
AVP Arrend.Financ.Leasing				5.662	-	6.558
Total moeda nacional				<u>105.591</u>	<u>129.553</u>	<u>117.051</u>
Moeda estrangeira						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,9%	2,1	1.338	2.210	1.449
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	Taxa	16,0%	0,5	21	7.496	4.383
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	7,9%	2,4	32.785	37.701	30.082
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	2,2	1.937	3.219	2.056
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	Taxa	3,6%	1,4	2.558	4.610	3.053
Total moeda estrangeira				<u>38.639</u>	<u>55.236</u>	<u>41.023</u>
Total Consolidado				<u>144.230</u>	<u>184.789</u>	<u>158.074</u>
Passivo Circulante				61.506		61.683
Passivo Não Circulante				82.724		96.391

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota 3 (l).

Segue abaixo o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Moeda nacional				
1T10	-	11.887	-	11.971
2T10	11.921	11.906	12.021	11.990
3T10	11.941	11.926	12.041	12.010
4T10	11.936	11.922	12.025	11.996
1T11	11.983		12.071	-
2011	38.448	45.878	38.701	46.141
2012	16.630	20.069	16.939	20.330
2013	1.468	2.431	1.703	2.587
2014	-	1	73	26
2015			17	-
Total moeda nacional	104.327	116.020	105.591	117.051
Moeda estrangeira				
1T10	-	-	-	3.758
2T10	-	-	3.166	3.493
3T10	-	-	2.967	3.279
4T10	-	-	2.875	3.186
1T11	-	-	4.340	-
2011	-	-	9.473	11.582
2012	-	-	9.616	10.559
2013	-	-	4.590	4.301
2014	-	-	1.612	865
Total moeda estrangeira	-	-	38.639	41.023
Total arrendamento	104.327	116.020	144.230	158.074

O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro é o seguinte:

	Controladora	
	31/03/10 (a valor presente)	31/12/09 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	47.781	47.641
De 1 ano até 5 anos	56.546	68.379
Mais de 5 anos	-	-
	<u>104.327</u>	<u>116.020</u>

	Consolidado	
	31/03/10 (a valor presente)	31/12/09 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	48.158	47.967
De 1 ano até 5 anos	57.433	69.084
Mais de 5 anos	-	-
	<u>105.591</u>	<u>117.051</u>

	31/03/10	31/12/09
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	13.348	13.716
De 1 ano até 5 anos	25.291	27.307
Mais de 5 anos	-	-
	<u>38.639</u>	<u>41.023</u>
	<u>144.230</u>	<u>158.074</u>

Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Moeda nacional				
Garantias:	-	-	-	-
Bem financiado	104.327	116.020	105.591	117.051
Total moeda nacional	104.327	116.020	105.591	117.051
Moeda estrangeira				
Garantias:	-	-	-	-
Bem financiado	-	-	38.639	41.023
Total moeda estrangeira	-	-	38.639	41.023
Total	104.327	116.020	144.230	158.074

b. Arrendamento Operacional

Com relação ao arrendamento operacional (“*leasing*” operacional), o mesmo permanece com o critério anterior de reconhecimento contábil, ou seja, registra-se mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento, conforme previsto na Deliberação CVM nº 554/08.

Segue abaixo o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de março de 2010:

Marfrig Alimentos S.A.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média	Prazo médio	Valor total	Controladora
			ponderada de juros	ponderado de		despesa em
			(a.a.)	venc. (anos)	financiado	31/03/10
Moeda nacional						
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	11/07/06	11,73%	2,9	1.344	136
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	07/11/06	10,09%	2,9	1.173	116
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/07/07	12,83%	4,4	1.046	77
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	05/12/07	12,83%	2,9	989	385
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	13/09/09	8,45%	3,7	693	15
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	23/03/06	6,95%	3,9	2.278	75
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/01/08	12,15%	4,4	3.700	283
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	28/03/07	11,19%	2,9	10.008	1.019
Total moeda nacional					<u>21.231</u>	<u>2.106</u>

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média	Prazo médio	Valor total	Montante
			ponderada de juros	ponderado de		despesa em
			(a.a.)	venc. (anos)	financiado	31/03/10
Moeda nacional						
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	11/07/06	11,73%	2,9	1.344	136
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	07/11/06	10,09%	2,9	1.173	116
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/07/07	12,83%	4,4	1.046	77
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	05/12/07	12,83%	2,9	989	385
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	13/09/09	8,45%	3,7	693	15
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	23/03/06	6,95%	3,9	2.278	75
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/01/08	12,15%	4,4	3.700	283
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	28/03/07	11,19%	2,9	10.008	1.019
Frigorífico Mercosul	Planta Frigorífica	21/09/09	IGP-M Ano	4,2	100.000	1.071
Frigorífico Margem	Planta Frigorífica	09/10/09	IGP-M Ano	4,2	164.500	1.321
Frigorífico 4 Rios	Planta Frigorífica	01/12/09	IGP-M Ano	4,2	9.600	174
Frigorífico Boivi	Planta Frigorífica	29/12/09	IGP-M Ano	5,0	6.000	-
Total moeda nacional					<u>301.331</u>	<u>4.672</u>

O cronograma de vencimentos do arrendamento operacional a pagar é como segue:

		Controladora
		31/03/10
Moeda nacional		
Até 1 ano		4.189
De 1 ano até 5 anos		7.575
Mais de 5 anos		-
		<u>11.764</u>
Consolidado		
31/03/10		
Moeda nacional		
Até 1 ano		70.040
De 1 ano até 5 anos		219.258
Mais de 5 anos		-
		<u>289.298</u>

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato. Em caso de rescisão à arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes, caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

18. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Títulos a pagar investimentos Europa	-	-	49.868	-
Títulos a pagar investimentos Brasil	29.484	29.384	29.484	29.384
Outros	3.750	3.666	3.750	3.666
AVP	(2.158)	(2.015)	(2.158)	(2.015)
	<u>31.076</u>	<u>31.035</u>	<u>80.944</u>	<u>31.035</u>

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 23 de junho de 2008, o qual informou que a Marfrig adquiriu empresas na Europa e no Brasil, a Companhia contratou um pagamento potencial de até de US\$ 220 milhões, baseado no futuro desempenho dos negócios situados na Europa. Tal aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2008, bem como em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 01 de dezembro de 2008.

No período findo em 31 de março de 2010, as metas de desempenho operacional dos negócios situados na Europa foram parcialmente atingidas, acionando uma obrigação de pagamento de US\$ 28 milhões ou R\$ 49.868.

Em contrapartida de tal obrigação, a Companhia complementou o montante do ágio da referida aquisição, conforme descrito na nota explicativa n° 12, sendo certo que ao longo de 2010 será mensurado o montante total do ágio, o qual será apurado em conformidade com o estabelecido no CPC 15 - Combinação de Negócios e divulgado conforme a Deliberação CVM n° 603/2009, com os devidos efeitos nas demonstrações contábeis de 2009 comparadas às demonstrações de 2010.

19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Trabalhistas e previdenciárias	2.044	2.044	50.538	8.501
Fiscais	2.177	2.177	322.171	26.046
Cíveis	2.337	2.337	15.397	4.134
Outras	-	-	3.921	148
	<u>6.558</u>	<u>6.558</u>	<u>392.027</u>	<u>38.829</u>

Trabalhistas

Em 31 de março de 2010, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R\$50.538. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere* entre outros.

Fiscais

As contingências fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

A totalidade das ações fiscais da Companhia que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, pelo valor histórico de R\$2.480, referem-se a discussões de ICMS nos diversos Estados onde a Companhia atua. A Companhia discute o aproveitamento de créditos advindos de transferência de mercadorias destinadas a outra filial no valor histórico de R\$270, a emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal, no valor histórico de R\$1.525, a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$685.

Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de março de 2010 constava processo administrativo com alegação de omissão de receita no valor histórico de R\$1.233. A defesa administrativa foi apresentada, a qual foi analisada pela fiscalização, sendo emitido o parecer final com o montante a pagar de R\$28, o qual está provisionado.

A controlada Seara possui processos administrativos que discutem a glosa de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS totalizando o valor de R\$122.489, relativos a créditos sobre despesas com depreciação, créditos sobre bens adquiridos para revenda, sobre despesas com fretes, sobre atividades de transporte de cargas, presumido do PIS e da Cofins de atividades agroindustriais, sobre despesas de aluguéis e sobre despesa com comissão.

A Seara ainda possui processos administrativos que discutem a glosa de créditos presumidos de IPI como forma de ressarcimento do PIS/COFINS incidente sobre as exportações no valor de R\$124.967 e possui provisões tributárias no valor de R\$21.935 das quais, R\$17.345 correspondem aos processos administrativos relativos a i) IRPJ/CSLL referente a dedutibilidade de despesas com PCLD e depósitos judiciais (CPMF) no valor de R\$7.505; ii) glosas de créditos de PIS/COFINS sobre insumos tributados a alíquota zero, produtos monofásicos, despesas com fretes e créditos presumidos das atividades agroindustriais no valor de R\$6.360; iii) INSS sobre aluguel, classificação de atividades, PLR, INCRA e FUNRURAL no valor de R\$2.587; iv) ICMS sobre margem nas transferências no valor de R\$685; v) ITR sobre valor da Terra Nua no valor de R\$208; e R\$4.590 a riscos fiscais não materializados até o momento.

A Seara contabiliza provisão de IRPJ/CSLL no valor de R\$27.755 sobre créditos complementares de PIS/COFINS relativos à aquisição de insumos agropecuários.

Ademais, a Companhia constituiu provisão de R\$ 22.517 para eventuais contingências.

Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante. Em 31 de março de 2010 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$15.397.

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Trabalhistas e previdenciárias	38.368	31.342	120.333	40.340
Fiscais	36.321	104.145	72.466	123.787
Cíveis	2.649	1.438	230.101	3.342
	<u>77.338</u>	<u>136.925</u>	<u>422.900</u>	<u>167.469</u>

Entre as ações civis da Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como de perda possível, destacamos as ações civis pública da controlada Seara, no valor histórico de R\$174 mil, as quais discutem basicamente minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, *horas in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade entre outras.

As demais ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias, que individualmente não são relevantes.

A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como de perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas in itinere entre outros. O aumento verificado no passivo contingencial trabalhista, não sujeito ao registro contábil, se deve com o advindo das informações da subsidiária Seara. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

Apresentamos abaixo as matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de março de 2010 constam processos administrativos movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$38.893, exigindo (i) valores relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e tributação reflexa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS e da Cofins, devidos em razão de suposta omissão de receitas, apuradas pelo confronto dos valores declarados e escriturados contabilmente e as notas fiscais apresentadas pelos fornecedores, e (ii) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e Cofins. O valor histórico total envolvido nestas autuações é de aproximadamente R\$2.371, para os quais não foi constituída provisão uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos sejam possíveis, (iii) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, sendo tal ação a de maior relevância, que trata de pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$32.432, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos sejam possíveis. Foram apresentadas defesas administrativas alegando a inexigibilidade e decadência de parte dos débitos, incorreção em suas bases de cálculo, e que os valores foram presumidos pela fiscalização, o que é vedado em determinados casos. Tais defesas ainda não foram analisadas.

As empresas controladas possuem processos administrativos decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, sendo Penasul R\$3.519, Dagraanja R\$6.580, Mabella R\$5.525, Pampeano R\$1.053 e Agrofrango R\$1.505. Estas empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação nos termos realizados.

PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a Companhia propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e Cofins sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Referida ação gera efeitos favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias e não de forma antecipada, no momento da importação.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões relativas ao ICMS envolvendo a Companhia tratam de processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de: São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul, que discutem o aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais, que montam o valor histórico de R\$31.499. A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$685. No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado e ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, no valor de R\$6.531.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas por nossa filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às nossas filiais localizadas no Estado de São Paulo - “Guerra Fiscal”. Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. Foram apresentadas defesas administrativas e recursos questionando a exigência destes débitos, que parte ainda não foi analisadas de forma definitiva. O valor histórico total exigido nestes processos administrativos lavrados é R\$134.171. A Companhia possui ação judicial que suspende a exigibilidade de parte deste crédito, com fase administrativa encerrada, equivalente a R\$29.860. A empresa controlada Dagránja possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraná, no valor histórico de R\$16.975, objeto de discussão administrativa e medida judicial quanto aos processos com fase administrativa encerrada.

20. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Imposto de renda	26.249	26.772	75.305	74.835
Contribuição social	9.449	9.638	19.960	20.501
	<u>35.698</u>	<u>36.410</u>	<u>95.265</u>	<u>95.336</u>

Referem-se aos tributos diferidos contabilizados no momento da reavaliação dos bens do ativo imobilizado, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme vida útil determinada no laudo de reavaliação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2010 é de R\$4.061.478 representado por 346.983.954 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2009 era de R\$4.061.478). Deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, este capital é de R\$3.986.966 (em 31 de dezembro de 2009 era de 3.989.875).

Com base na Deliberação CVM nº 556/08, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos através de emissão pública de ações (realizadas em 2007 e 2009) e emissão privada de ações (realizada em 2008).

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 22.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No período de 2009 foi constituído o montante de R\$33.954 a título de reserva legal. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2009 passou a ser de R\$37.171, que se mantém em 31 de março de 2010.

Retenção de lucros

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a retenção de lucros no montante de R\$460.183, destinada a financiar parte dos investimentos previstos para 2010, cujo montante foi dado no Relatório de Administração - Item 14 - Projeções Empresariais de Resultados, dessa forma o saldo dessa reserva R\$ 624.992, se mantém em março de 2010.

Ações em tesouraria

No período de 2008 a Companhia adquiriu 695.600 ações pelo montante de R\$12.966, ao custo médio de R\$18,64, por ação. Tais ações se destinam ao programa de remuneração variável em opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Essas ações terão direito aos dividendos e proventos eventualmente distribuídos pela Companhia.

No exercício de 2009 foram transferidas 124.100 ações aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 22.

No período de três meses findo em 31 de março de 2010 foram transferidas 94.700 ações aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 22.

Em 31 de março de 2010 o saldo de ações em tesouraria passou a ser de 476.798, o qual está registrado contabilmente pelo montante de R\$8.888.

O valor das ações em tesouraria, valorizadas à cotação de R\$20,34/ação no último pregão anterior a 31 de março de 2010 era de R\$9.698.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no qual foram registradas as variações cambiais de investimentos societários no exterior, cuja controlada caracteriza-se como uma entidade autônoma em relação à matriz no Brasil.

d. Ajustes acumulados de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

e. Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julguem relevantes.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2009, a qual está demonstrada abaixo:

Descrição	Em milhares de reais
Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros Sobre o Capital Próprio	679.079
(-) Reserva Legal	(33.954)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	<u>645.125</u>
Dividendos obrigatórios	161.281
(-) Juros Sobre o Capital Próprio Líquido (1)	<u>(146.059)</u>
Dividendos a pagar	<u><u>15.222</u></u>

(1) O cálculo dos juros sobre o capital próprio está demonstrado na nota explicativa 21, letra F.

f. Juros sobre o Capital Próprio

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas relacionados ao período de 2009, a qual está demonstrada abaixo:

Descrição	Em milhares de reais
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008	2.729.851
(x) TJLP acumulada do período de janeiro a dezembro de 2009	<u>6,2997%</u>
Limite conforme legislação	171.972
Aumento de capital em 11/2009	1.296.273
(x) TJLP de dezembro de 2009	<u>0,5000%</u>
Limite conforme legislação	<u>6.481</u>
Limite conforme legislação-Total	178.453
Valor dos juros sobre o capital próprio	169.720
(-) Imposto de renda retido na fonte - IRRF	<u>(23.661)</u>
Valor dos juros sobre o capital próprio, líquido	<u><u>146.059</u></u>

g. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia.

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos administradores compreende os rendimentos de 4 membros do Conselho de Administração (os outros 4 membros optaram por não receber a remuneração como Conselheiro) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, formado por um Membro do Conselho de Administração (coordenador), pelo Presidente e pelo Diretor Corporativo de Recursos Humanos.

Seguem abaixo os valores recebidos no período findo em 31 de março de 2010:

Departamento	Remuneração Total		Total
	Fixa	Variável	
Conselho	548.623	-	548.623
Administradores	673.963	-	673.963
	<u>1.222.586</u>	<u>-</u>	<u>1.222.586</u>

A Companhia mantém um programa de remuneração variável de longo prazo em opções de ações restritas para seus executivos e para seus conselheiros, conforme descrito abaixo:

i. Da aprovação do plano

O Plano de Ações (Plano) foi aprovado pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 7 de maio de 2007, e alterado e consolidado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de maio de 2009.

O capítulo 4 do Plano estabelece que o Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações de emissão da Companhia com condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance alcançadas, preço do período da opção e outras condições, podendo inclusive não guardar relação com as condições gerais estabelecidas no Plano (“Programas Específicos”).

Assim, foram desenvolvidos 3 (três) Programas Específicos, apreciados pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração no dia 29 de junho de 2009 e submetidos ao Conselho de Administração.

Os planos específicos e modelos de contrato foram elaborados com a assistência do Escritório Tozzini & Freire para exame das questões legais pertinentes à matéria, para assegurar a devida conformidade nos termos da legislação brasileira e disposições da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Os beneficiários devem aderir à Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Marfrig Alimentos S.A., disponível no sítio de Relações com investidores da Companhia na rede mundial de computadores.

O total de ações em tesouraria (saldo) é de 476.798 ações, registrado contabilmente pelo montante de R\$8.888 e descrito na nota explicativa nº 21b, as quais são suficientes para cobertura do período das opções até 2011 dos planos já emitidos, havendo necessidade de emissão de novas ações para essa finalidade somente em 2012.

- ii. Da aquisição de ações através de programa de recompra para o plano de opções e sua manutenção em Tesouraria

Em 9 de abril de 2008 foi autorizada pelo Conselho de Administração a aquisição de até 699.489 ações da Companhia (1% das ações em circulação no mercado), para permanência em tesouraria e posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em opções de ações, com limites já aprovados na AGE realizada em 29 de maio de 2007.

Esta aquisição observou o disposto na Instrução CVM nº 10/80, sendo válida a autorização até 31 de dezembro de 2008 para as instituições nomeadas Credit Suisse Hedging Griffo CTVM S.A., Bradesco BBI S.A. e ABN AMRO Real S.A. e executadas conforme tabela abaixo.

DATA PREGÃO	FINANCEIRA	AQUISIÇÕES		
		Nº AÇÕES	VALOR TOTAL	CUSTO POR AÇÃO
2/5/2008	CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO	205.600	3.885.817,67	18,8999
14/8/2008	CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO	300.000	5.680.645,39	18,9355
15/8/2008	CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO	90.000	1.693.631,69	18,8181
26/8/2008	CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO	69.300	1.188.645,57	17,1522
27/8/2008	CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO	30.700	517.307,70	16,8504
	TOTAL DE AÇÕES ADQUIRIDAS	695.600	12.966.048,02	18,6401

A cotação média diária máxima nessas operações foi de R\$18,9355/ação em 19/08/2008 e a menor de R\$16,8504/ação em 27/08/2008. Os valores médios acima incluem as despesas de corretagem e taxas nas operações.

iii. Da concessão

1. Plano Master 07-08: Em 2008 foram concedidas ao Conselho de Administração 55.200 opções de ações, feita com base na média dos vinte pregões anteriores ao dia 04 de março de 2008, (R\$15,097/ação), com desconto de 10% sobre a média acima referida (R\$13,588/ação). O período da opção será feito na razão de 25% ao ano em 4 anos, sendo 25% ao final do primeiro ano; 25% ao final do segundo ano; 25% ao final do terceiro ano; e 25% ao final do quarto ano, de acordo com o regulamento aprovado. Também houve concessão de 212.676 ações restritas a 21 integrantes da Diretoria, que foram objeto de distrato e substituição em função da reformulação do Plano aprovada em Assembleia Geral em 29 de maio de 2009 e da concessão do Plano Específico I (2007/2008) aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2009.
2. Plano Master 08-09: Foi também re-ratificada a concessão em 2009 (relativa a 2008) de 165.800 ações ao Conselho de Administração estabelecida em contrato, pelo valor por ação de R\$6,7783 (55.200 - R\$13,597 e 110.600 - R\$6,7783), baseado na média ponderada dos 20 (vinte) pregões anteriores ao dia 3 de março de 2009, data da concessão do Plano de Opções Master, a serem exercidas pelo valor acima entre 2010 e 2013 à razão de 25% a cada ano.

A concessão dos 3 (três) Programas Específicos foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e Governança no dia 29 de junho de 2009 e pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2009, conforme autorização dada pela Assembleia de 29 de maio de 2009, com as condições dadas abaixo:

3. Plano Específico LP 07-08 (ESP LP 07-08): Referente ao período 2007/2008, cujo período é previsto para ser realizado em 4 parcelas de 25% cada, por ano, sendo o primeiro até 28 de julho de 2009 a 02 de setembro de 2010 e os 3 outros da seguinte forma: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011 e de 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012.
4. Plano Específico CP 08-09 (ESP CP 08-09): Referente ao período 2008/2009 (Curto Prazo) - período até 30 de novembro de 2009 (100%).
5. Plano Específico LP 08-09 (ESP LP 08-09): Referente ao período 2008/2009 (Longo Prazo) - período em 4 parcelas de 25% cada, nos seguintes prazos: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011; 3^a) 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012; 4^a) 3 de março de 2013 a 2 de setembro de 2013.

Os preços de período serão:

1. R\$0,75485 por ação para o plano ESP LP 07-08
2. R\$1,03823 por ação para o plano ESP CP 08-09
3. R\$0,67783 por ação para o plano ESP LP 08-09

Foram os seguintes os critérios adotados até a presente data para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2008:

- Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao do dia 03/03/2008: R\$15,097/ação

Em 2009:

- ESP LP 07-08: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao do dia 03/03/2008: R\$15,097/ação
- ESP CP 08-09: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao do dia 11/05/2009: R\$10,3823/ação
- ESP LP 08-09: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao do dia 03/03/2009: R\$6,7783/ação

O total de opções de ações outorgadas pelo Conselho nos 03 programas em 2009 foi de 710.930 ações, sendo 128.600 com vencimento das opções em 2009, 158.083 em 2010 e as restantes até 2013.

O total das ações outorgadas por esses 3 (três) planos correspondeu a 0,26% do capital social (0,20% do Capital Social atual), portanto, dentro do limite de 0,50% estabelecido pela Assembleia Geral de 29 de maio de 2009 para aprovação pelo Conselho de Administração.

Em 31/03/ 2010 haviam 80 participantes no programa de opções da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2010 foram transferidas 94.700 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações, com um efeito negativo no resultado no montante de R\$1.521.

Não é prevista diluição da participação dos atuais acionistas quando do período das opções de ações na data de performance (“*vesting*”) até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim.

iv. Dos direitos dos participantes

Todos os dividendos e distribuições, ou seu equivalente (seja em dinheiro, ações ou outra forma) sobre Ações Restritas não exercidas, serão direitos do participante e creditados pela Companhia na sua conta para liberação quando do vencimento das restrições.

A Companhia terá a opção de pagar tais créditos por dividendos ou distribuições acumulados ou seu equivalente em dinheiro, em ações da Companhia no lugar de dinheiro ou outro meio. Se o pagamento for realizado em ações, sua conversão será feita pelo valor médio dos últimos vinte pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data do pagamento, ajustada ao valor líquido do imposto de renda incidente sobre o crédito concedido.

Haverá perda do direito nos casos em que o participante se desligar da Companhia ou deixar de prestar serviços por qualquer motivo que não seja falecimento, invalidez, aposentadoria ou desligamento involuntário e/ou, que não por justa causa. Nessas hipóteses, todas as ações restritas vencerão e aquelas não efetivadas se transformarão em valores liberados, totalmente efetivados.

Os participantes terão direito a, nos aumentos de capital, exercer os direitos de subscrição com recursos próprios sobre o total do montante concedido, sendo as ações subscritas imediatamente liberadas para o participante.

v. Movimentações do Plano de Opções e efeitos na demonstração do resultado caso a contabilização houvesse sido efetivada em 31 de dezembro de 2009

O total de opções não exercidas ao final de 2009 era de 752.630 opções.

O valor justo das opções foi calculado pelo método *Black-Scholes* com base na taxa de retorno de longo prazo (TJLP) de 6,0% a.a. e com uma volatilidade implícita de 81%. O valor das opções em 31/12/2009 nos diferentes programas e vencimentos situou-se entre o máximo de R\$14,924 e o mínimo de R\$5,532 por ação para os conselheiros e entre o máximo de R\$18,569 e o mínimo de R\$18,082 por ação para a diretoria.

Segue os quadros com as movimentações ocorridas nos planos de opções em 2010:

Marfrig Alimentos S.A.

Cotação: 20,34

Plano de Opções de Ações

	Beneficiários Únicos	Plano de Opções	Data de concessão	Período de performance	Número de Opções Concedidas	Número de Opções Vestidas	Número de Opções Exercidas no período	Opções Exercidas ou Canceladas em períodos anteriores	Número de Ações Implícitas - Opções em aberto
Opções em aberto em 31/12/2009	80				878.330	144.000	125.700		752.630
Conselho de Administração	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2009	13.800	13.800	13.800		-
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2010	13.800	13.800			13.800
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2011	13.800				13.800
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2012	13.800				13.800
Conselho de Administração	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2010	27.650	27.650	-		27.650
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2011	27.650				27.650
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2012	27.650				27.650
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2013	27.650				27.650
Executivos	13	ESP II CP 08-09	28/07/2009	28/07/2009	80.200	80.200	-	80.200	-
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	28/07/2009	50.000	50.000		45.500	4.500
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	04/03/2010	50.000	50.000	26.700		23.300
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	04/03/2011	50.000				50.000
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	04/03/2012	50.000				50.000
	73	ESP III LP 08-09	28/07/2009	04/03/2010	108.083	108.083	54.200		53.883
	73	ESP III LP 08-09	28/07/2009	04/03/2011	108.083				108.083
	73	ESP III LP 08-09	28/07/2009	04/03/2012	108.082				108.082
73	ESP III LP 08-09	28/07/2009	04/03/2013	108.082				108.082	

Opções Concedidas	-	-							-
Opções Canceladas	-	-							-
Opções Expiradas	-	-							-

Opções em aberto em 31/03/2010	80				878.330	343.533	94.700	125.700	657.930
---------------------------------------	-----------	--	--	--	----------------	----------------	---------------	----------------	----------------

	Beneficiários Únicos	Plano de Opções	Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Opção em 31/mar/2010 (Black Scholes) em R\$	Mercado - opções não vestidas em 31/mar/2010 (R\$ mil)	Mercado - opções vestidas em aberto em 31/mar/2010 (R\$ mil)	Efeitos no resultado de 31/mar/2010 em caso de contabilização
Opções em aberto em 31/12/2009	80					13.480	181	(13.503)
Conselho de Administração	3	MASTER 07-08	13,588	02/09/2010	6,752	-	-	-
	3	MASTER 07-08	13,588	02/09/2010	6,752	-	93	(70)
	3	MASTER 07-08	13,588	02/09/2011	9,566	132	-	(70)
	3	MASTER 07-08	13,588	02/09/2012	11,665	161	-	(70)
Conselho de Administração	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2011	13,562	-	375	(328)
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2012	14,186	392	-	(328)
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2013	15,106	418	-	(328)
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2014	15,901	440	-	(328)
Executivos	13	ESP II CP 08-09	1,03823	30/11/2009	-	-	-	-
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2010	19,585	-	88	(80)
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2010	19,585	-	456	(417)
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2011	19,626	981	-	(894)
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2012	19,669	983	-	(894)
	73	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2010	19,662	-	1.059	(968)
	73	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2011	19,699	2.129	-	(1.941)
	73	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2012	19,737	2.133	-	(1.941)
73	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2013	19,777	2.138	-	(1.941)	

Opções Concedidas	-	-						
Opções Canceladas	-	-						
Opções Expiradas	-	-						

Opções em aberto em 31/03/2010	80					9.907	2.072	(10.599)
---------------------------------------	-----------	--	--	--	--	--------------	--------------	-----------------

23. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Edificações e instalações frigoríficas	903.300	903.300	4.418.288	4.090.665
Estoques e lucros cessantes	192.876	192.876	2.050.428	1.983.914
Armazem de terceiros	12.000	12.000	59.411	42.603
Veículos	12.712	22.997	28.331	29.555
Transporte de mercadorias	333.333	333.333	2.026.242	2.043.969
Garantia de diretores	40.000	40.000	109.386	68.730
Responsabilidade civil	-	-	203.834	192.456
Outros	346.725	303.567	632.306	545.654
	<u>1.840.946</u>	<u>1.808.073</u>	<u>9.528.226</u>	<u>8.997.546</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

a. Contexto Geral

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das “*commodities*”. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações contábeis divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária, adicionalmente, a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais; b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; c) aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de “*leasing*”; e d) aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

b. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c. Administração de risco de preços de “*commodities*”

Em suas atividades a Companhia efetiva a compra de certas “*commodities*” como: milho, farelo de soja e gado, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja, os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das “*commodities*”, a Companhia administra os níveis de estoque, mantém confinamento de gado e negocia contratos de Boi Gordo na BM&FBOVESPA.

No período findo em 31 de março de 2010 a Companhia não contratou derivativos relacionados a “*commodities*”.

d. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 66,42% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um “*hedge*” natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

e. Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Marfrig Alimentos S.A.

EXPOSIÇÃO	CONTROLADORA		
			Efeitos no resultado
Descrição	31/03/10	31/12/09	Variação cambial
OPERACIONAL			
Contas a receber	226.871	224.336	7.256
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(196.068)	(22.261)	(10.626)
Importações a pagar	(19.898)	(16.199)	(141)
Subtotal	<u>10.905</u>	<u>185.876</u>	<u>(3.511)</u>
FINANCEIRO			
Crédito com controladas	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(3.169.424)	(3.120.805)	(124.298)
Títulos a pagar	(30.473)	(31.976)	(262)
ACC	(461.849)	(272.626)	(14.133)
Saldo de bancos e aplicações financeiras	67.081	67.163	2.138
Subtotal	<u>(3.594.665)</u>	<u>(3.358.244)</u>	<u>(136.555)</u>
TOTAL	<u><u>(3.583.760)</u></u>	<u><u>(3.172.368)</u></u>	<u><u>(140.066)</u></u>
Variação cambial ativa			9.394
Variação cambial passiva			(149.460)
Variação cambial líquida			<u>(140.066)</u>

Marfrig Alimentos S.A.

CONSOLIDADO			
EXPOSIÇÃO	Efeitos no resultado		
	Variação cambial		
Descrição	31/03/10	31/12/09	
OPERACIONAL			
Contas a receber	441.793	253.387	12.864
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(341.989)	(22.261)	(11.024)
Importações a pagar	(42.456)	(109.538)	(2.002)
Outros	(29.838)	67.456	(437)
Subtotal	<u>27.510</u>	<u>189.044</u>	<u>(599)</u>
FINANCEIRO			
Crédito com controladas	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(3.601.760)	(3.368.293)	(127.764)
Títulos a pagar	(30.473)	(31.976)	(262)
ACC	(787.973)	(503.757)	(25.664)
Saldo de bancos e aplicações financeiras	71.972	440.207	2.049
Outros	11.649	11.979	713
Subtotal	<u>(4.336.585)</u>	<u>(3.451.840)</u>	<u>(150.928)</u>
TOTAL	<u>(4.309.075)</u>	<u>(3.262.796)</u>	<u>(151.527)</u>
Variação cambial ativa			15.626
Variação cambial passiva			<u>(167.153)</u>
Variação cambial líquida			<u>(151.527)</u>

A posição de derivativos em aberto em 31 de março de 2010 é apresentada abaixo:

Instrumento	Registro	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência US\$		31/3/2010	31/12/2009
						(nacional) (2)	Justo R\$ (1)	Valor a receber (-) pagar	Valor a receber (-) pagar
Swap Taxa Juros	(3)	2/8/2012	Libor maior 2,02%	Libor menor 2,02%	BB Londres	16.800	30.349	(429)	(453)
Swap Taxa Juros	(3)	25/2/2011	Libor maior 1,83%	Libor menor 1,83%	BB Londres	20.000	35.987	(367)	(418)
Swap Taxa Juros	(3)	22/2/2012	Libor maior 2,08%	Libor menor 2,08%	BB Londres	30.000	54.447	(1.017)	(1.015)
Swap Taxa Juros	(3)	14/2/2013	Libor maior 2,4%	Libor menor 2,4%	BB Londres	39.500	71.859	(1.509)	(1.254)
Swap Taxa Juros	(3)	20/3/2013	Libor maior 2,38%	Libor menor 2,38%	BB Londres	10.500	19.037	(336)	(274)
Swap Taxa Juros	(3)	6/3/2015	Libor maior 2,18%	Libor menor 2,18%	BB Londres	75.000	134.569	(994)	(364)
Swap Taxa Juros	(3)	24/12/2012	Libor maior 2,10%	Libor menor 2,10%	BB Londres	30.000	54.433	(1.003)	(667)
Swap Taxa Juros	CETIP	14/8/2014	Libor maior 1,94%	Libor menor 1,94%	Citibank	100.000	179.362	(1.262)	229
Swap Taxa Juros	CETIP	14/8/2014	Libor maior 2,00%	Libor menor 2,00%	Citibank	160.000	287.103	(2.143)	1.031
						<u>481.800</u>	<u>867.146</u>	<u>(9.060)</u>	<u>(3.185)</u>

- (1) O valor justo informado é apurado através do método “market -to-market” (MTM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e da BM&FBOVESPA.
- (2) O valor de referência (nacional) não está condicionada a uma operação de hedge. O mesmo apenas é base para os fluxos de pagamento, os quais estão atrelados a taxa LIBOR (*Libor Interbank Offered Rate*), que por sua vez está fixada.
- (3) Operação bi-lateral / balcão. Não possui registro em câmara de custódia / liquidação.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – Efeito caixa (para cada derivativo)

CENÁRIO - SWAP							
Valor	Vencimento	Provável		Possível		Remoto	
		R\$	Libor	R\$	Libor	R\$	Libor
US\$ (milhares)							
16.800	02/08/2012	(30)	1,90%	66	2,28%	162	2,85%
20.000	25/02/2011	(133)	1,17%	(86)	1,40%	(39)	1,75%
30.000	22/02/2012	(344)	1,51%	(163)	1,81%	18	2,26%
39.500	14/02/2013	(139)	2,28%	401	2,74%	942	3,42%
10.500	20/03/2013	(36)	2,28%	132	2,74%	299	3,42%
75.000	06/03/2015	125	3,49%	4.790	4,19%	6.455	5,24%
30.000	24/12/2012	139	2,28%	487	2,74%	834	3,42%
100.000	14/08/2014	2.968	2,35%	4.711	2,94%	6.453	3,68%
160.000	14/08/2014	5.231	2,35%	8.497	2,94%	11.763	3,68%
<u>481.800</u>		<u>7.781</u>		<u>18.835</u>		<u>26.887</u>	

A Companhia contratou operações de “swap”, não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos.

No período findo em 31 de março de 2010, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma despesa de R\$4.521, sendo R\$11.389 relativos às despesas e R\$6.868 relativo às receitas.

Os ativos e passivos registrados em 31 de março de 2010 com base nas operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Swap	(9.060)	(3.185)	(9.060)	(3.185)
Opção de compra	-	(38.040)		(38.040)
NDF	-	4.277	-	4.277
	<u>(9.060)</u>	<u>(36.948)</u>	<u>(9.060)</u>	<u>(36.948)</u>

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

Marfrig Alimentos S.A.

Tributo	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(10.521)	583.009	2.007	568.488
Adições		115.795		195.297
Adições do IRPJ	69.200	-	155.988	
Adições do CSL	50.854	-	137.642	
(-) Exclusões	(221.831)	(700.959)	(554.339)	(859.365)
Base de cálculo		(2.155)		(95.580)
Base de cálculo do imposto de renda	(164.152)		(396.344)	
Base de cálculo da contribuição social	(182.498)		(414.690)	
Empresas com base negativa	-	-	421.467	291.667
Base de calculo ajustada		(2.155)	421.467	196.087
(-) Compensação de prejuízo fiscal / base negativa de CSL			(3.539)	
Base de cálculo após compensação	-	-	17.520	
Imposto de renda (15%)	-	-	(2.631)	29.413
Adicional (10%)	-	-	(1.699)	18.643
(-) PAT	-	-	40	-
Imposto de renda total	-	-	(4.290)	48.056
Contribuição social (9%)	-	-	(1.577)	17.648
	-	-	(5.867)	65.704
(-)Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior			(1.369)	(37.462)
Efeito na Demonstração de Resultados			(7.236)	28.242

Tributo	Grupo	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	-	-	(6.300)	(28.242)
Imposto recolhido no exterior		-	25.432	2.683	25.432
Imposto de renda diferido - Reavaliação (1)	Passivo não circulante	523	2.564	576	(140)
Imposto de renda diferido - Ativos (2)	Ativo não circulante	36.649	(75.413)	77.934	(31.169)
Outras provisões	Passivo não circulante			(47.429)	
Liquido	Resultado	37.172	(47.417)	27.464	(34.119)
(-) Contribuição social - Corrente	Passivo circulante	-	-	(936)	0
(1)	Passivo não circulante	187	926	207	(48)
Contribuição social diferida - Outros (2)	Ativo não circulante	14.846	(27.159)	17.226	(16.982)
Outras provisões	Passivo não circulante			(6.200)	
Liquido	Resultado	15.033	(26.233)	10.297	(17.030)

- (1) Referem-se à reversão do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida, demonstradas na nota explicativa nº 20, tendo em vista a adição da depreciação dos bens reavaliados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.
- (2) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados na nota explicativa 9.

26. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia tem atuado em seu papel no desenvolvimento e responsabilidade social em todos os países em que opera. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social, o qual é responsável por tais projetos.

Anualmente a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, nas quais são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa (créditos de carbono) em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murtinho, Tangará da Serra, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e São Gabriel.

No tocante a compra de gado, a Companhia segue a política de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA nº 19, de 2 de julho de 2008 e Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas, bem como na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

A Companhia reitera que adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Conexões Sustentáveis desde outubro de 2008, nos quais a Marfrig se compromete com a manutenção e fiscalização de suas relações comerciais, respeitando códigos de ética e humanitários.

A partir de 22 de junho de 2009 a Companhia se comprometeu a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de área do Bioma Amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse sentido, a partir da referida data, a Companhia solicitou a BDO Auditores Independentes, que efetue a auditoria das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso assumido.

Desde 22 de junho de 2009 a BDO Auditores Independentes vem realizando os trabalhos de auditoria das compras de gado, não tendo sido identificadas quaisquer operações com fazendas listadas pelo IBAMA (áreas embargadas) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (trabalho escravo).

A Companhia compromete-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais e em especial com o do Estado do Mato Grosso no Programa MT Legal e com a sociedade brasileira no desenvolvimento de um Programa de Garantia de Origem dos Animais, incluindo a adesão de seus fornecedores que fazem a engorda dos bovinos com animais provenientes de outras propriedades para:

- Controlar que a origem dos bovinos para abate não são de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constam da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Implantar um plano de controle sobre as propriedades de fornecedores para que estas não adquiram animais de fazendas incluídas na lista de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constem da lista do MTE do trabalho escravo.

Também serão objetivos da Marfrig, como parte de sua política de sustentabilidade:

- Desenvolver junto aos pecuaristas as boas práticas socioambientais.
- Implantar o Programa de Impulso Pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que as controladas da Companhia já desenvolvem na Argentina e no Uruguai.
- Disponibilizar os resultados dos programas acima citados para consulta.
- Implantar o cadastramento socioambiental nas propriedades fornecedoras de gado, elevando os padrões de adequação e assegurando o comprometimento com a sustentabilidade em toda a cadeia.

A Companhia reitera que já segue a rígida conduta de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas, agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte e que já adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de abril de 2010 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, seu acionista controlador MMS Participações S.A. (“MMS”) adquiriu 9.425.263 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 2,72% de participação, tendo elevado a sua participação de 40,77% para 43,49% do capital social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovado os seguintes itens:

- a) a instalação do Conselho Fiscal, composta por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes;
- b) distribuição de dividendos, conforme demonstrado na nota explicativa 21 (e); e
- c) distribuição de juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado na nota explicativa 21 (f).

Em 30 de abril de 2010 a subsidiária Marfrig Overseas Limited da Marfrig Alimentos S.A., concluiu uma oferta no exterior de bônus (bonds) de 10 anos, no valor total de US\$ 500 milhões, os quais foram destinados somente a investidores institucionais qualificados, conforme definido na Rule 144A do Securities Act. Esta operação não foi e não será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nem sob o Securities Act of 1933, conforme alterado.

Os bonds, com vencimento em 29 de abril de 2020, foram emitidos com cupom de 9,50% ao ano e receberam classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody’s e B+ pela Standard & Poors e Fitch.

A operação tem como garantidoras a Marfrig Alimentos S.A. e suas subsidiárias União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV e Seara Alimentos S.A. Os recursos captados serão utilizados principalmente para alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

* * *